



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

OSÉIAS ALVES PEREIRA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE MICROEMPREENDEDORES DO RIO DE
JANEIRO - UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA
COM CARACTERÍSTICAS PESSOAIS E ASPECTOS DO NEGÓCIO**

RIO DE JANEIRO
2022

OSÉIAS ALVES PEREIRA DE SOUZA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE MICROEMPREENDEDORES DO RIO DE JANEIRO - UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COM CARACTERÍSTICAS PESSOAIS E ASPECTOS DO NEGÓCIO

Monografia apresentada à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ).

Orientador: Prof. Luiz Carlos Feitosa de Moura

RIO DE JANEIRO

2022

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus, primeiramente, sem o qual nada disso seria possível. Agradeço também a minha família e amigos, que estão comigo em todos os momentos, especialmente minha mãe Darlene, que sempre fez de tudo para que eu pudesse ter a melhor educação possível. Agradeço também à UFRJ e todos os professores do curso de Administração, especialmente meu orientador Prof. Luiz Moura que me deu todo suporte durante o percorrer deste trabalho. Agradeço também aos professores do Colégio Estadual Dr. Adino Xavier, o qual estudei desde o ensino fundamental até me formar no ensino médio, por todo aprendizado durante a jornada. Por fim, agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui, o que sozinho certamente não conseguiria.

RESUMO

Educação financeira é tema relevante para toda a sociedade, permitindo uma melhor tomada de decisão dos indivíduos, quando o assunto é sua vida financeira. Nesse sentido, empreendedores, que lidam com desafios financeiros diariamente, poderiam se beneficiar bastante desse conhecimento. Portanto, esse trabalho se propôs a analisar o nível de educação financeira de microempreendedores do estado do Rio de Janeiro, relacionando com aspectos do negócio: rentabilidade, investimentos e endividamento, além de investigar se este nível é impactado por características socioeconômica e demográficas dos respondentes. A pesquisa pode ser caracterizada com bibliográfica e quantitativa, além de descritiva do ponto de vista dos objetivos, e empírica pelo uso de questionários para coleta de dados. O questionário utilizado foi eletrônico e disponibilizado pela plataforma Google Forms, tendo um total de 40 respondentes. A pesquisa indicou baixo nível de educação financeira entre os microempreendedores, no entanto, estes demonstraram também interesse no tema. Sobre aspectos do negócio, a maioria indicou possuir dívidas, e em relação a investimentos o resultado foi inverso, indicando que apenas a minoria possui investimentos. Apesar disso, os microempreendedores apresentaram uma percepção positiva sobre rentabilidade. Além disso, foram percebidos impactos de aspectos socioeconômicos e demográficos no nível de educação financeira dos microempreendedores, demonstrando que maior a escolaridade e renda pressupõe também maior nível de educação financeira, além de que homens, em média, também apresentaram resultados superiores aos das mulheres

Palavras-chave: Educação Financeira; Microempreendedores; Endividamento; Investimento; Rentabilidade

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nível de educação financeira.....	31
Tabela 2 - Correlação das variáveis com nível de educação financeira.....	37
Tabela 3 – Percepção sobre a rentabilidade do negócio.....	37
Tabela 4 – Correlação do nível de educação financeira com a percepção sobre a rentabilidade do negócio	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero.....	26
Gráfico 2 - Faixa etária.....	27
Gráfico 3 – Escolaridade.....	27
Gráfico 4 - Escolaridade (em relação ao Ensino Médio)	28
Gráfico 5 - Faixa de renda.....	28
Gráfico 6 - Faixa de renda (Em relação a 5 salários-mínimos)	29
Gráfico 7 - Tempo de existência da empresa.....	29
Gráfico 8 - Tempo de existência da empresa (Em relação a 5 anos)	30
Gráfico 9 - Percepção sobre conhecimento financeiro.....	31
Gráfico 10 - Interesse em educação financeira.....	32
Gráfico 11 - Reserva financeira pessoal.....	33
Gráfico 12 - Separação das contas pessoal e empresarial.....	33
Gráfico 13 - Percepção sobre qualificação em gestão financeira.....	34
Gráfico 14 – Responsável pela gestão financeira.....	34
Gráfico 15 - Média de aproveitamento por gênero.....	35
Gráfico 16 - Média de aproveitamento por escolaridade.....	36
Gráfico 17 - Média de aproveitamento por faixa de renda.....	36
Gráfico 18 – Afirmação.....	39
Gráfico 19 - Investimento financeiro pessoal.....	39
Gráfico 20 - Tipo de investimento financeiro.....	40
Gráfico 21 - Nível de educação financeira relacionado a investimentos.....	40
Gráfico 22 - Investimento financeiro pela empresa.....	41
Gráfico 23 - Reserva financeira pela empresa.....	41
Gráfico 24 - Relação entre investimentos na esfera pessoal e empresarial.....	42

Gráfico 25 - Dívidas pessoais.....	43
Gráfico 26 - Tipo de dívida pessoal.....	43
Gráfico 27 - Nível de educação financeira relacionado a dívidas pessoais.....	44
Gráfico 28 - Dívidas pela empresa.....	45
Gráfico 29 - Dívida no âmbito pessoal para financiar empresa.....	45
Gráfico 30 - Relação entre endividamento na esfera pessoal e empresarial.....	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.....	12
2.2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE MICROEMPREENDEDORES	15
2.3. INFLUÊNCIA DE ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	18
3. HIPÓTESES	22
4. METODOLOGIA	23
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.1. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS RESPONDENTES	26
5.2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS MICROEMPREENDEDORES.....	30
5.3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM RELAÇÃO ÀS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICAS	34
5.4. PERCEPÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES SOBRE A RENTABILIDADE.	37
5.5. INVESTIMENTOS DOS RESPONDENTES.....	39
5.6. ENDIVIDAMENTO DOS RESPONDENTES.....	42
6. CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICE.....	54

1. Introdução

As micro e pequenas empresas (MPE) possuem grande relevância no contexto econômico brasileiro. Segundo dados do SEBRAE (2018), dos 6,4 milhões de estabelecimentos comerciais brasileiros, 99% são micro e pequenas empresas, os quais respondem por cerca de 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado. De maneira complementar, pequenos negócios respondem por 30% do valor do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (AGÊNCIA BRASIL, 2022), fato este corroborado pelo aumento do empreendedorismo local no atual contexto doméstico (BARICHELO & CANTON, 2019).

Entretanto, há inúmeros desafios organizacionais no cotidiano de MPEs, sobretudo financeiros, tais como dificuldade de acesso a crédito para financiamento de suas atividades, fato agravado em casos de informalidade ou pela falta de conhecimento de seus proprietários, geralmente responsáveis pelo gerenciamento financeiro da organização (BARADEL, MARTINS e OLIVEIRA, 2011). Neste contexto, destaca-se a importância da educação financeira para essa parcela da sociedade. Tal como definição concebida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE] (2005), a presença de maiores níveis de educação financeira contribui com habilidades fundamentadas voltadas ao bem-estar financeiro e gestão adequada das finanças pessoais, gerando, assim, impacto tanto a nível individual - seja na pessoa física ou no negócio - quanto na sociedade como um todo.

Assim, esse conhecimento se mostra especialmente relevante para os microempreendedores, dado que existe relação direta entre a gestão das finanças pessoais e organizacionais (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020). Neste sentido, em estudo conduzido com microempreendedores na região central de Curitiba, Camargo (2007) ressalta que características relacionadas às finanças pessoais se refletem também na gestão financeira das organizações e em seu desempenho. De maneira complementar, a carência de conhecimento em finanças pode gerar más decisões que podem impactar gravemente o negócio e, em última instância, levando ao seu fim (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020).

Neste sentido, segundo dados do IBGE (2019), apenas 37,6% das empresas brasileiras nascidas em 2014, ainda estavam em atividade em 2019, o que representa

uma taxa de mortalidade maior do que 60% apenas nos primeiros 5 anos de atividade. Cabe ressaltar, ainda, que pesquisa recente conduzida pelo SEBRAE (2020) apontou que dentre todos os tipos de empresas, as MPEs foram as que apresentaram maior número de falências; além disso, a porcentagem de MPEs que deixou de existir, no ano de 2020, varia bastante conforme o porte da empresa: 17% entre as pequenas empresas, 21,6% entre as microempresas e 29% de MEIs (Microempreendedor individual), o que estabelece, indiretamente, uma relação inversa entre tamanho da empresa e risco de falência.

Portanto, a temática da educação financeira entre microempreendedores se mostra de grande relevância: além de auxiliá-los a se manterem financeiramente saudáveis em suas vidas pessoais, também é benéfica à gestão financeira de seus negócios. Como exemplo, destaca-se o trabalho de Camargo (2007), que demonstra que melhores desempenhos são encontrados nas empresas em que os gestores mais realizam investimentos pessoais. De maneira análoga, quando se trata da temática do endividamento corporativo, as dívidas pessoais estão diretamente ligadas às da empresa: quando o proprietário apresenta dívidas pessoais, a chance é maior de sua empresa também possuir maiores níveis de endividamento (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020).

No entanto, o tema ainda precisa de mais visibilidade, especialmente no contexto nacional em que o Brasil se encontra muito atrás de países mais desenvolvidos. Segundo números de 2018 do PISA (*Programme for International Student Assessment*), avaliação na temática de educação promovida pela OCDE e conduzida com estudantes de diversos países do mundo, alunos brasileiros ficaram apenas na décima sétima posição em ranking com 20 países no que se refere à competência financeira. Com isso, é de se esperar que boa parte dos indivíduos economicamente ativos na sociedade não tenham tido acesso a esse conhecimento de maneira formal, justificando, assim, melhor compreensão do tema e seus impactos positivos esperados nos novos empreendimentos.

Assim, justificada a relevância do tema em parágrafos anteriores e sua intrínseca relação com as microempresas em geral, o presente estudo tem como objetivo contribuir com a literatura ao tentar responder a seguinte pergunta: Qual o nível de conhecimento em educação financeira de proprietários de microempresas do estado do Rio de Janeiro?

Para se atingir o objetivo geral, foram traçados alguns objetivos específicos complementares. Primeiramente, é interessante analisar se o nível de educação financeira do sócio impacta positivamente na gestão financeira e, conseqüentemente, na saúde financeira do microempreendimento como um todo. Para tanto, serão analisados dados relacionados à rentabilidade, decisões de investimento e endividamento do negócio, fundamentando-se na contribuição acadêmica inicialmente proposta por Camargo (2007). Além disso, buscando complementar o raciocínio inicialmente exposto por Catarino, Santos e Silva (2020), analisaremos se o nível de educação financeira possui relação com aspectos socioeconômicos e demográficos dos microempreendedores.

Apesar de existirem inúmeros estudos que investiguem a temática de educação financeira como um todo (CAMARGO, 2007; CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020; BARADEL, MARTINS e OLIVEIRA, 2011), ainda há poucos trabalhos relacionando a temática com o campo de microempreendedores brasileiros. No pouco que existe, a delimitação do tema visa, majoritariamente, mensurar o impacto no negócio, não focando no proprietário em si e em características demográficas que, porventura, influenciem na relação outrora exposta.

Além disso, o tema em questão é relevante de ser estudado, principalmente quando se leva em conta que o Brasil carece de pesquisas relacionadas à administração de finanças pessoais (CONTO, *et al*, 2015) e da existência de uma lacuna sobre o assunto no âmbito nacional (CONTO, *et al*, 2015). Este estudo, então, busca contribuir com a literatura acadêmica nacional sobre o tema, além de suscitar maior visibilidade a um dos mais importantes agentes econômicos do nosso país, que é o microempreendedor. Através deste trabalho pode ser possível um melhor entendimento sobre os benefícios de maiores níveis de educação financeira em geral, tanto para o público pesquisado quanto para seus negócios e a sociedade como um todo.

Conforme discussão mais aprofundada apresentada em seções posteriores deste trabalho, será utilizada uma amostra composta por microempresários localizados no estado do Rio de Janeiro, abrangendo diferentes setores de atuação e características demográficas intrínsecas. Para obtenção dos dados, será feito uso de questionários, podendo ser de maneira online ou não, disponibilizados no período entre 27 de outubro e 5 de dezembro de 2022. Ademais, foram utilizados como referências tanto para mensuração das variáveis quanto para o estudo em si artigos acadêmicos que abrangem

temas similares ou complementares, relacionados tanto à educação financeira quanto a microempreendedores, disponibilizados na plataforma da Capes e Google Acadêmico. Após definição inicial dos parâmetros supracitados, buscaremos estabelecer relações entre o nível de educação financeira reportado pelos microempresários e sua influência em características pessoais e de negócio em si, em linha com os objetivos específicos outrora mencionados.

O presente trabalho estrutura-se, então, da seguinte forma: para além da introdução já apresentada, onde se mencionam os objetivos gerais e específicos, contribuições e relevância do trabalho, o próximo capítulo traz o referencial teórico, dividido em três partes em consonância aos objetivos específicos previamente mencionados. Em seguida, será apresentada a metodologia utilizada de forma detalhada: o tipo de pesquisa, o universo e a amostra utilizados, o instrumento de coleta e tratamento dos dados. Então, serão apresentados os resultados da pesquisa, na intenção de responder ao problema de pesquisa apresentado e, por fim, a conclusão, que apresentará comentários finais sobre os achados principais desta pesquisa, oferecendo sugestões para trabalhos futuros e incluindo as limitações encontradas na elaboração da mesma.

2. Referencial teórico

A seguir, foram abordados os materiais teóricos que serviram de referência para o aprofundamento do conteúdo que constitui essa monografia. Estes foram selecionados a partir do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico, através de pesquisa pelo assunto do artigo incluindo termos como “microempresas”, “educação financeira”, “microempreendedores” e “finanças pessoais”.

Foi então realizada a leitura do resumo dos artigos cujos títulos mais se aproximavam do objetivo deste estudo, com o intuito de selecionar aqueles que tratassem mais especificamente da temática escolhida. Ademais, foram incluídos artigos que abordassem as definições dos temas principais da pesquisa, e alguns estudos que trazem dados relevantes e atuais sobre as temáticas abordadas neste trabalho, ou seja, sobre microempresas e educação financeira. Esse capítulo, então, tem como objetivo apresentar o referencial teórico que direciona o desenvolvimento e embasamento científico do presente trabalho.

De maneira a facilitar melhor assimilação dos achados acadêmicos que dialogam sobre a temática em questão, optamos por dividir o Referencial em três subseções. A primeira discute o conceito de educação financeira e seus aspectos mais relevantes, destacando, sobretudo, o contexto brasileiro com o intuito de apresentar a situação atual e a importância do tema para a sociedade. A segunda subseção destaca a relação intrínseca entre educação financeira e empreendedorismo, ressaltando a importância do tema para o público da pesquisa, ou seja, os proprietários de microempresas. Por fim, será discutido de que forma aspectos socioeconômicos e demográficos podem impactar no nível de educação financeira, baseando-se em trabalhos científicos que abordaram o tema.

2.1 Educação financeira no Brasil

Existem inúmeras definições para educação financeira. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE] (2005), por exemplo, a classifica como a forma das pessoas aprimorarem sua compreensão sobre assuntos financeiros e desenvolverem habilidades para escolhas mais fundamentadas que melhorem seu bem-estar financeiro, gerindo de maneira adequada suas finanças pessoais. Já para Barichello e Canton (2019, p.36) “educação financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras para alcançar o bem-estar financeiro”.

Uma outra definição de educação financeira que vai ao encontro das já mencionadas é a de Medeiros e Lopes (2014), que apresentam-na como a capacidade de se tomar decisões financeiras apropriadas, envolvendo criatividade e determinação para se atingir objetivos financeiros específicos. Contudo, apesar de existirem distintas maneiras de definir a educação financeira, é unânime que ela impacte positivamente nas decisões financeiras dos indivíduos.

Em linha com as definições supracitadas, sobretudo com a definição outrora exposta pela OCDE, Conto *et al* (2015, p. 184) afirmam que “a educação financeira pessoal oferece um conjunto de conhecimentos que auxiliam as pessoas a gerenciar melhor seu dinheiro”, fornecendo meios para se conseguir gerenciar as finanças pessoais de maneira adequada. Nesse sentido, uma ferramenta importante deste conjunto de conhecimentos mencionado pelos autores, é o planejamento financeiro, definido por Medeiros e Lopes (2014) como a forma de se viabilizar recursos para atingir

os objetivos traçados. Com isso, dada a importância do tema e sua intrínseca relação com decisões financeiras mais adequadas e de acordo com os objetivos pessoais dos indivíduos, Catarino, Santos e Silva (2020) afirmam que o planejamento financeiro é um tema base quando se trata de finanças pessoais e que auxilia, também, no atingimento de um equilíbrio financeiro.

Através de um planejamento financeiro adequado, é possível se antecipar de possíveis adversidades e estar mais bem preparado para as complexidades de se lidar com intempéries financeiras. Tal ideia se baseia na premissa de que os riscos, se analisados antecipadamente, são de mais fácil solução (BARADEL, MARTINS e OLIVEIRA, 2011), indo muito além de aspectos mais simples, como decisões de compras ou simplesmente quitação de dívidas (Ibidem). Para Medeiros e Lopes (2014), ainda, aspectos importantes que devem ser considerados no planejamento financeiro de um indivíduo ou organização envolvem estar dentro do orçamento que se dispõe, controlar gastos, poupança, investimento e se precaver de possíveis infortúnios.

Portanto, na ausência de planejamento e conhecimento adequado na temática em questão, é mais provável de se encontrar dificuldades financeiras, tanto que autores tais como Conto *et al* (2015) defendem que atividades educacionais sobre o tema devem ser sistematizadas, através da ampla divulgação em escolas, universidades ou diferentes instâncias de ensino. Neste sentido, é importante salientar que recentemente houve importante avanço em relação à pauta quando o Governo Federal Brasileiro, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), inseriu o tema na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) em 2018. Antes dessa decisão o tema era passado, em geral, de maneira simplista através de conceitos de matemática financeira (HURTADO & FREITAS, 2020), o que é uma simplificação muito grande do tema e que, na verdade, é muito mais abrangente do que isto.

No entanto, apesar desse recente avanço sobre o tema no que tange à educação nacional, a situação no Brasil referente à educação financeira está muito abaixo do que se consideraria o ideal (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020). Apesar da discussão sobre o tema ter aumentado, poucas ações ainda são feitas para reverter essa realidade ou mesmo para conhecer melhor o comportamento dos indivíduos em relação às finanças (CONTO, *et al*, 2015). Portanto, dado a relevância do tema, é importante entender o nível em educação financeira dos brasileiros, e o que se observa em estudos recentes são números que se destacam se comparados em escala global.

Em estudo que avaliou o nível de conhecimento financeiro em diferentes países organizado pela OCDE (2016), o Brasil figurou apenas na vigésima sétima posição em ranking que continha trinta países, sendo na competência de comportamento financeiro onde obteve uma pontuação mais alta, mas ainda assim muito abaixo da maioria dos outros países, o que mostra o país não só atrás dos países mais desenvolvidos na temática de educação financeira, mas como um destaque negativo, ficando à frente apenas de três países no ranking geral. Com o passar do tempo, no entanto, a situação não mudou. Como já vimos, o baixo desempenho brasileiro se manteve no PISA (2018), outra iniciativa coordenada pela OCDE, com estudantes brasileiros se destacando negativamente frente aos demais países no que se refere à competência financeira, ficando o Brasil apenas na décima sétima posição em ranking com 20 países.

Portanto, medidas precisam ser tomadas para diminuir esse gap no conhecimento sobre educação financeira entre os brasileiros. Um caminho possível seria investigar ações bem-sucedidas em outros países que sirvam de referência para ações internas (CONTO, *et al.*, 2015), alguns países da Europa, por exemplo, veem a educação financeira como uma “mola propulsora para o crescimento e desenvolvimento da economia” (CONTO, *et al.*, 2015, p. 184), visão esta que serve de estímulo para que haja, cada vez mais, programas com o objetivo de melhorar a capacidade dos indivíduos de lidar com as finanças. Conforme ressaltado no trabalho de Hurtado e Freitas (2020), o conhecimento sobre finanças é de grande relevância, impactando também em diferentes dimensões tais como “alimentação, habitação, saúde, educação, lazer, família, ... e seu impacto não se limita a sua esfera individual” (HURTADO e FREITAS, 2020, p. 68).

Assim, a deficiência no conhecimento sobre educação financeira é algo que afeta negativamente toda a sociedade, penalizando especialmente parcela mais humilde e que, conseqüentemente, possui menores reservas financeiras (HURTADO & FREITAS, 2020), havendo “...diferenças nas conseqüências de decisões econômicas para os diferentes setores e pessoas, já que elas encontram-se em situações financeiras diversas” (MEDEIROS & LOPES, 2014, p. 223).

O endividamento, que também é tema caro da educação financeira, também é um aspecto preocupante, onde dados recentes publicados pela Confederação Nacional do Comércio (CNC, 2022) trazem que mais de 79% das famílias brasileiras se encontram com dívidas. Além do grande número de endividados, o número de poupadores também é muito pequeno e isso pode ser devido à falta de orientação financeira adequada

(CONTO *et al*, 2015). Camargo (2007) pontua, ainda, que por conta de o país ter um histórico de instabilidade política e econômica, a cultura da poupança não foi adquirida pela população em geral.

Com isso, podemos notar que temas centrais sobre finanças que são de grande importância para a educação financeira, tais como inflação, carga tributária e taxas de juros, por exemplo, têm impacto direto nas decisões econômicas da sociedade (MEDEIROS & LOPES, 2014). No entanto, não é apenas no aspecto econômico que podemos ver os benefícios da educação financeira. Segundo Hurtado e Freitas (2020, p. 66), o domínio do tema “auxilia no desenvolvimento questionador do cidadão, permitindo que ele consiga traçar objetivos na vida, assim como eleger os recursos corretos para conquistá-los”. Ainda segundo os autores, através da educação financeira o indivíduo se torna capaz de criar suas próprias oportunidades e superar dificuldades durante a vida, sendo notável, portanto, que a educação financeira oferece autonomia e capacidade para auxiliar decisões com impacto longínquo, tanto em esferas micro quanto macro, trazendo benefícios para a sociedade como um todo.

2.2. Educação financeira entre empreendedores

Há uma intrínseca relação entre educação financeira e empreendedorismo, visto que bons comportamentos financeiros transcendem a esfera individual e podem ser notados também em práticas empresariais (CAMARGO, 2007). Em estudo conduzido com microempreendedores do Rio de Janeiro, por exemplo, foi observada relação positiva entre a gestão de finanças pessoais dos proprietários e a gestão financeira de microempresas (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020). No entanto, para além da gestão corporativa em si, os resultados de uma boa educação financeira podem ser percebidos também no desempenho desses negócios (CAMARGO, 2007), objetivo final na gestão de um empreendimento.

Particularmente em relação às microempresas, maior parcela dos estabelecimentos comerciais do país¹ (SEBRAE, 2018),

¹ Microempresas representam 88,3% do total das empresas ativas no país, segundo informações do governo federal disponíveis em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>

a gestão financeira é feita, na grande maioria dos casos, pelo(s) próprio(s) proprietário(s) do negócio (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020).

Portanto, as decisões financeiras são tomadas por alguém que, não necessariamente, possui o conhecimento necessário para isso. Com isso, as decisões são, muitas vezes, suportadas apenas pela experiência prévia do empreendedor, sem fazer uso do conhecimento (tanto técnico quanto teórico) adequado (BARADEL, MARTINS e OLIVEIRA, 2011).

Ainda assim, o conhecimento formal pode ser decisivo para a permanência e consolidação de empreendimentos frente ao mercado (BARICHELO & CANTON, 2019) que se encontra cada vez mais competitivo. Por isso, a falta de uma educação e capacitação adequadas são considerados fatores limitantes à abertura e manutenção de novos negócios (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020). Entretanto, apesar de grande parte dos empreendedores entenderem a importância da qualificação para o bom andamento do negócio, muitos afirmam não possuí-la, baseando suas decisões apenas em experiência profissional (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020), indo de encontro ao que fora previamente apresentado por Baradel, Martins e Oliveira (2011).

Com isso, muitos problemas podem ser identificados pela falta de educação financeira. Barichello e Canton (2019), em sua pesquisa com empreendedores em estágio de incubação, afirmaram que a organização e o controle sobre as finanças representam dificuldades para os empreendedores e que, no âmbito pessoal, estes também possuem dificuldade para planejar seus gastos pessoais. Resultados análogos são apresentados por Camargo (2007), o qual destaca que o controle dos empresários em relação às suas finanças pessoais reflete no controle financeiro da empresa, e que, de maneira análoga, a falta deste pode ser o causador de baixo desempenho.

É comum em microempresas, por exemplo, haver dificuldade na separação entre dinheiro pessoal e da empresa, o que pode acarretar graves problemas financeiros e também afetar na obtenção de crédito (BARADEL, MARTINS, OLIVEIRA, 2011). Ainda sobre isso, fato que agrava o problema de obtenção de crédito no Brasil é o alto grau de informalidade no país, que atualmente chega a números próximos de 40% da força de trabalho (IBGE, 2022), dificultando a promoção de iniciativas em seus negócios

(CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020), tornando assim a gestão financeira ainda mais difícil para estes.

Por outro lado, quando os empreendedores se mostram mais qualificados em relação às finanças pessoais, isso é notado também em suas empresas. Em trabalho conduzido com microempreendedores, por exemplo, Camargo (2007) identificou que a prática de investimento pessoal por parte dos empreendedores possui relação direta com o desempenho da empresa. Identificou, ainda, que quanto maior o volume de investimentos do proprietário em seu âmbito pessoal, melhor o desempenho da empresa como um todo. De maneira análoga, empreendedores que não possuem investimentos pessoais tendem a também não possuírem investimentos financeiros por seus empreendimentos (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020), mesmo na presença de capital excedente. Tal achado, segundo Baradel, Martins e Oliveira (2011), pode ser explicado pela falta de conhecimento e de tempo do empresário.

Além disso, o planejamento das finanças pessoais, tema relevante para a educação financeira como um todo, relaciona-se também com a qualidade de decisões de financiamento e investimento corporativas (CAMARGO, 2007). No que se refere ao primeiro, a falta de controle sobre as finanças faz com que o empreendedor busque fontes externas de financiamento por não conseguir sustentar seu negócio apenas com os fluxos de caixa gerados internamente pelas operações da empresa (Ibidem). Além disso, o planejamento de finanças pessoais reflete também em melhores decisões de investimento, “responsáveis pela manutenção da capacidade operacional ou pela expansão das atividades empresariais” (CAMARGO, 2007, p.3).

De maneira análoga, dívidas pessoais que o empreendedor, porventura, possua, também podem impactar em suas empresas. No trabalho de Catarino, Santos e Silva (2020), por exemplo, foi identificado que microempresários que não possuíam dívidas na esfera pessoal, em sua maioria, também não apresentavam dívidas em seus negócios. Raciocínio semelhante pode ser aplicado para aqueles que possuíam dívidas: empresas que se encontravam com alto endividamento, em sua grande maioria, eram geridas por empreendedores que possuíam também dívidas no âmbito pessoal.

Por isso, quando os proprietários têm um maior controle de sua renda pessoal, sabendo exatamente para onde está indo o seu dinheiro, os seus negócios têm um

desempenho maior (CAMARGO, 2007). Outro exemplo do reflexo de decisões financeiras pessoais nos negócios é a (in)adimplência no âmbito pessoal ocorrer também nas empresas (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020). Além disso, e utilizando-se do mesmo racional anteriormente exposto, atrasos de pagamentos com fornecedores tendem a ocorrer em empresas onde o empresário também atrasa pagamentos referentes às suas finanças pessoais (Ibidem).

Cabe ressaltar, também, que a falta de conhecimento em educação financeira por parte de empreendedores pode gerar decisões organizacionais equivocadas que, em última instância, podem acarretar a falência de um negócio (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020). Por isso, o aspecto financeiro é considerado como primordial quando falamos das causas que levam uma organização ao seu fim involuntário (CAMARGO, 2007). Este tópico, como vimos, não é algo incomum no Brasil, visto que a taxa de falência nos primeiros cinco anos gira em torno de 60%, segundo dados recentes publicados pelo IBGE (2019).

Percebe-se, portanto, a importância de decisões financeiras individuais para empreendedores, sendo que a relação entre as finanças pessoais e as finanças empresariais é um tema “que têm recebido pouco tratamento científico” (CAMARGO, 2007, p. 2). Assim, haja vista seu impacto direto e indireto em empreendimentos como um todo e previamente apresentados na presente seção, o presente trabalho se dispõe a contribuir com a literatura nacional para um debate mais recente, promovendo maior conhecimento, diálogo e aprofundamento da discussão acerca do tema.

2.3. Influência de aspectos socioeconômicos e demográficos na educação financeira

Dada a relevância da educação financeira para empreendedores e a sociedade em geral, é importante analisar sua relação com aspectos demográficos e econômicos pertinentes a diferentes extratos sociais. Isso pode embasar programas sociais com o intuito de estimular a educação financeira, maximizando esforços para o atingimento de parcela específica da sociedade que apresenta níveis mais baixos e, conseqüentemente, necessitem mais da obtenção desse conhecimento (POTRICH *et al*, 2014). Por isso, os autores defendem que “para o desenvolvimento desses programas é indispensável à identificação de grupos específicos que revelem uma maior

necessidade de conhecimento” (Ibid., p. 123). Nesse sentido, diversos estudos buscam estabelecer esta relação, analisando conjuntamente aspectos socioeconômicos, demográficos e conhecimentos financeiros específicos como um todo (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015).

Além disso, agentes do segmento financeiro podem se beneficiar bastante do conhecimento de como os diferentes clientes e investidores lidam com dinheiro, auxiliando no desenvolvimento de estratégias e produtos mais adequados para os diferentes perfis (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015). Ao ter os diferentes perfis mapeados, os produtos e serviços oferecidos podem ser adaptados, por exemplo, para pessoas que possuem menos habilidades financeiras (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015), tal como investir em produtos mais simples, com propostas mais claras e de fácil entendimento.

Por analogia, produtos mais complexos podem ter um público-alvo mais específico, baseado em como estão difundidos os conhecimentos acerca de finanças dentro da população. Ou seja, “pode-se prever seu nível de alfabetização financeira e, consequentemente, desenvolver estratégias diferenciadas de atuação para os grupos com baixo e alto nível de alfabetização financeira” (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015, p. 374). Com isso, pode ser interessante para os agentes do setor financeiro estimular um maior esclarecimento em relação às finanças de seus clientes e investidores, visto que maior conhecimento e habilidades em relação às finanças, possivelmente também significará uma maior demanda por produtos mais elaborados (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015), gerando maior difusão e adesão de seus produtos de forma geral.

Para entender como as diferentes variáveis socioeconômicas e demográficas influenciam no conhecimento e postura em relação às finanças, é possível analisar diferentes achados sobre o tema. Por exemplo, em estudo de Guimarães e Iglesias (2021) com estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal de Minas Gerais, foram encontradas diferenças no nível de educação financeira nas variáveis gênero e renda, tal como o curso e a série em questão do respondente. Nesse mesmo sentido, mas de maneira mais ampla, os autores (Ibid., p. 98) também afirmam que em diferentes estudos “são observados índices distintos no que tange ao gênero, à escolaridade, à formação, ao curso, à renda e ao conhecimento dos pais”.

Em proposta similar, Potrich *et al* (2014) afirmam que pesquisas têm comprovado influência de aspectos socioeconômicos e demográficos no nível de educação financeira de um indivíduo, ressaltando ainda outras variáveis tais como idade, estado civil e etnia, por exemplo. Com isso, Potrich *et al* (2014) realizou um estudo no estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo um perfil que, em geral, possui maior nível de educação financeira: homens, solteiros, sem dependentes, estudantes, com maior nível de escolaridade (tanto seu quanto dos seus pais), além de possuírem maiores faixas de renda própria e familiar e residirem em uma área específica do estado. Por outro lado, mulheres, com dependentes, e menores escolaridade e renda, apresentam, em média, mais dificuldades no que se refere às finanças (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015). A diferença de gênero também foi um fator encontrado no trabalho de Guimarães e Iglesias (2021) que, por conta disso, sugerem o desenvolvimento de ações específicas para o atingimento deste público.

De acordo com Potrich, Vieira e Kirch (2015), as variáveis que mais têm impacto na proficiência financeira dos indivíduos são, respectivamente: gênero, número de dependentes, renda e escolaridade. Especificamente sobre a variável de escolaridade, apenas o fato do indivíduo ser estudante gera impacto positivo no nível de educação financeira: segundo o estudo, os estudantes apresentaram média de pontuação igual a 2,02 em uma escala de 0 a 3 pontos, ao passo que os que não eram estudantes apresentaram 1,80, pontuação limite considerada no estudo entre os níveis baixo e mediano de educação financeira (POTRICH, *et al*, 2014). Ademais, Guimarães e Iglesias (2021) identificaram que a área de formação e a série que o estudante está (neste caso, referente ao Ensino Médio especificamente), também impactam no nível de educação financeira. De maneira geral, o que se nota também é que quanto maior for o nível de escolaridade do indivíduo, maior é seu nível de educação financeira (POTRICH, *et al*, 2014), havendo forte correlação positiva entre o nível de escolaridade e a proficiência financeira do indivíduo (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015).

Em relação ao gênero, como já supracitado, homens geralmente possuem um maior nível de educação financeira. No estudo de Potrich, *et al* (2014) isso acontece tanto no nível geral, quanto se limitamos a comparabilidade apenas a indivíduos de níveis mais baixos ou avançados de educação financeira. Essa propensão de indivíduos do gênero masculino possuírem maior proficiência financeira também é relatada no

trabalho de Potrich, Vieira e Kirch (2015), que afirmam ainda que “dentre as variáveis significativas, a que possui maior efeito marginal positivo na alfabetização financeira é o gênero” (Ibid., p. 373). Em outras palavras, o fato do indivíduo ser do gênero masculino é o que, dentre as variáveis do estudo, causa maior efeito positivo no nível de proficiência financeira do indivíduo.

O nível de renda também é uma variável que se destaca em relação ao impacto no nível de educação financeira. O que se nota, em geral, é que quanto maior for a renda do indivíduo, maior a sua propensão a um nível de educação financeira mais elevado. O trabalho de Guimarães e Iglesias (2021) indicou que estudantes provenientes de famílias com maior renda têm um desempenho superior sobre o tema. Em proposição semelhante, o estudo de Potrich *et al* (2014) destacou que os indivíduos com as menores rendas (tanto pessoal quanto familiar) possuíam os menores níveis de educação financeira (tendo raciocínio análogo no caso de maiores níveis de renda). Sobre isso, também é possível identificarmos visão inversa, ou seja, de que maiores níveis de educação financeira podem acabar gerando maiores rendas por decorrência de decisões financeiras mais adequadas (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015).

Em síntese, diferentes características pessoais podem gerar impactos em seu nível de educação financeira e é importante que ações sejam tomadas com o objetivo de melhorar a proficiência financeira dos indivíduos (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015), além de diminuir a assimetria entre diferentes parcelas da sociedade. Uma medida possível para o atingimento desses objetivos, por exemplo, é inserir a temática de educação financeira logo nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pois argumenta-se que pessoas que tiveram acesso a orientações financeiras desde cedo possuem mais embasamento para tomada de decisões na área (CONTO, *et al*, 2015).

Nesse mesmo sentido, Potrich, Vieira e Kirch (2015) defendem que a adoção de disciplinas e conteúdos sobre o tema desde cedo, poderia, no longo prazo, reduzir desigualdades e tornar os indivíduos mais capazes financeiramente. Além disso, os autores também defendem a inserção de disciplinas sobre o tema em todos os cursos de graduação, mesmo em cursos não relacionados às finanças, tais como usualmente ocorre nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Engenharia. Sobre isso, há convergência com proposições feitas por Guimarães e Iglesias (2021),

que vão além ao afirmarem que devem ser promovidas, também, ações com o intuito de conscientizar e atingir o público feminino.

Cabe ressaltar, por fim, que cursos sobre finanças (sejam eles de instância pessoal ou não) podem ser uma ferramenta muito importante para melhorar o nível de educação financeira, já que têm a capacidade de transformação no comportamento dos alunos e gerar reflexos positivos imediatos (CONTO, *et al*, 2015). Ademais, programas educativos também podem ser desenvolvidos com o objetivo de melhorar o nível de educação financeira em diferentes setores da sociedade, através de ações e conteúdos específicos para cada grupo (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015), pois é importante que as pessoas possam entender aspectos sobre finanças, sobretudo, em seu contexto social (HURTADO e FREITAS, 2020). Ações específicas podem auxiliar, inclusive, empreendedores, que com mais noções sobre questões financeiras podem ter mais consciência de aspectos importantes relacionados ao seu negócio (POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015).

3. Hipóteses

Embasado na premissa inicialmente levantada por Potrich et al. (2014, p 112), “...pesquisas têm comprovado associações e influências de variáveis socioeconômicas e demográficas nos níveis de educação financeira dos indivíduos”. Nesse sentido, os autores apresentam em seu trabalho o perfil dos indivíduos com maior educação financeira, sendo este pertencente ao gênero masculino, solteiro, sem dependentes, estudante, com maior escolaridade e renda, entre outras variáveis (POTRICH et al, 2014). No trabalho de Potrich, Vieira e Kirch (2015), diferentes variáveis mostraram ter impacto no nível de educação financeira, sendo as principais, respectivamente, gênero, dependentes, renda e escolaridade. Assim, dada a relação de tais variáveis econômico-demográficas com a temática inerente ao presente estudo, é proposta a seguinte hipótese:

H1: Microempreendedores pertencentes ao gênero masculino que possuem maiores rendas e escolaridade também apresentam maior nível de educação financeira.

Conforme literatura acadêmica apresentada na seção anterior deste trabalho, tem-se que a educação financeira do microempreendedor é tema relevante para um desempenho mais satisfatório de suas empresas (CAMARGO, 2007; CATARINO,

SANTOS e SILVA, 2020). De modo geral, empresas que apresentam melhor desempenho corporativo possuem, na instância pessoal de seu proprietário, também maior controle sobre os gastos e sobre o orçamento doméstico (CAMARGO, 2007). Nesse sentido, a autora ainda ressalta que práticas pessoais dos empresários, se mal orientadas, podem acarretar desempenho corporativo ruim. Portanto, formula-se a seguinte hipótese:

H2: Microempreendedores com um maior nível de educação financeira possuem percepção de rentabilidade superior em suas empresas.

De maneira complementar, segundo Camargo (2007), tem-se que a prática de realizar investimentos pessoais de maneira recorrente é uma ferramenta pouco utilizada pelos indivíduos, os quais concentram suas preocupações sobre finanças especialmente em controle de gastos e de renda. No entanto, percebe-se relação positiva entre práticas de investimento pessoais e investimentos corporativos, o que é corroborado por Catarino, Santos e Silva (2020). Segundo os autores, microempreendedores que não possuem investimentos pessoais, em geral, também não investem em suas empresas. De forma análoga, podemos entender que quanto mais o microempreendedor investe no âmbito pessoal, mais investimentos realiza pela empresa. Nesse contexto, se formula a seguinte hipótese:

H3: Microempreendedores que possuem investimentos em instância pessoal são mais propensos a realizarem investimentos financeiros também na esfera corporativa.

Por fim, de maneira análoga e no que se refere ao endividamento, indivíduos que não possuem dívidas pessoais, em geral, também não possuem dívidas em seus empreendimentos (CATARINO, SANTOS e SILVA, 2020). Além disso, maiores endividamentos, de forma geral, ocorrem em empresas pertencentes à indivíduos também endividados (Ibidem). Assim, podemos formular a hipótese de que:

H4: Microempreendedores que possuem dívidas em instância pessoal são mais propensos a possuírem dívidas também na esfera corporativa.

4. Metodologia

Neste capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa, tais como o tipo de pesquisa, sua descrição geral, a

população e amostra utilizadas e os instrumentos de coleta. A presente monografia está inserida no campo de estudos das Ciências Sociais Aplicadas e pretende contribuir, especificamente, para os estudos na área da Administração, sobretudo no campo da Administração Financeira.

A presente pesquisa pode ser caracterizada como bibliográfica e quantitativa. Bibliográfica pois tem como intuito discutir os conceitos de educação financeira e sua intrínseca relação com microempresas, além de analisar como aspectos socioeconômicos e demográficos podem impactar no nível de educação financeira dos indivíduos. Na pesquisa foram analisados diferentes artigos sobre os temas em questão, além de estudos, com o objetivo de obter embasamento científico, já que Fonseca (2002) defende que a pesquisa bibliográfica é realizada através de um levantamento teórico, publicado por meios escritos ou eletrônicos, permitindo ao pesquisador maior entendimento do que já foi estudado sobre o assunto.

No que se refere à parte quantitativa, esta pode ser caracterizada como um tipo de pesquisa com o objetivo de inferir resultados sobre uma população específica, além de classificar e analisar por meio de técnicas apropriadas (SILVA, 2003), tal como a comparação de médias e variâncias nas respostas obtidas. De modo geral, terá como intuito principal avaliar o nível de educação financeira de microempreendedores, além de identificar possíveis relações entre este nível e aspectos do negócio tais como nível de investimentos, endividamento e rentabilidade, aliado a aspectos socioeconômicos e demográficos dos entrevistados.

Para além do exposto, a pesquisa pode ser caracterizada também como empírica, por fazer uso de questionários para coletar informações para investigação (VERGARA, 2016) e descritiva, do ponto de vista de seus objetivos. Segundo Marconi e Lakatos (2010), pesquisas deste tipo têm como objetivo explicar condições, contextos ou fenômenos sociais específicos, analisando, registrando, observando e correlacionando o que for encontrado, sem haver interferência do pesquisador nos resultados.

Sobre os meios de investigação, foi utilizado para a pesquisa bibliográfica, a busca das palavras-chave “microempresas”, “educação financeira”, “microempreendedores” e “finanças pessoais” nos portais de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico. Após isso, foram analisados

os resumos de diferentes artigos com o intuito de selecionar aqueles que se encaixassem melhor com o tema de educação financeira entre microempreendedores.

Portanto, o universo da pesquisa é composto por microempreendedores localizados no estado do Rio de Janeiro, abrangendo diferentes setores de atuação e características demográficas intrínsecas, características estas que também serão objeto de estudo no presente artigo. A amostra final selecionada abrange 40 microempreendedores de diferentes áreas do estado do Rio de Janeiro, e com características socioeconômicas e demográficas variadas. O instrumento de pesquisa adotado foi a utilização de um questionário (Apêndice) composto por 44 perguntas a variar em três níveis que, conforme sugerido por Vergara (2016), abrangiam perguntas por grau (escala likert) (GIL, 2008), perguntas por tópicos (de múltiplas escolhas), e perguntas onde é possível escolher diferentes respostas (ou nenhuma, se aplicável). De modo geral, levou-se em consideração diversas vantagens desta aplicação, como os baixos gastos, garantia de anonimato, conveniência para o respondente, além da possibilidade de maior alcance de pessoas (GIL, 2008).

As perguntas foram elaboradas e segmentadas com base na literatura relacionada previamente referida no referencial teórico, e agrupadas em 6 seções, sendo estas respectivamente: Dados pessoais, socioeconômicos e demográficos; Educação financeira; Gestão financeira do negócio; Rentabilidade; Investimentos; Endividamento. A elaboração das perguntas foi formulada com o intuito de coletar dados acerca da educação financeira e de aspectos relativos à gestão dos negócios de uma amostra suficientemente representativa de microempreendedores do estado do Rio de Janeiro.

O questionário foi elaborado e distribuído por meio da ferramenta Google Forms, através de diversas plataformas, tais como o WhatsApp, por divulgação em grupos de organizações diversas, contato por e-mail com diversas associações que têm contato com microempreendedores e, também, por meio das redes sociais Facebook e LinkedIn a fim de aumentar o grau de variabilidade e o alcance amostral. Para além do exposto, o questionário também foi aplicado presencialmente, em alguns poucos casos, sendo disponibilizado diretamente para o respondente em abordagem realizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo desta parte foi alcançar um maior número de respondentes que, porventura, não tivesse acesso ao formulário através dos demais meios eletrônicos supracitados. O questionário ficou acessível durante os dias 27 de

outubro e 05 de dezembro de 2022 e teve um total de 45 respondentes, sendo 5 respostas desconsideradas por não passarem na pergunta de *attention check* (verificação de atenção) utilizada para se assegurar que os respondentes estavam, de fato, lendo os enunciados com a devida atenção.

5. Resultados e Discussão

5.1 Perfil sociodemográfico dos respondentes

A amostra final possui o total de 40 respondentes, sendo a maioria destes pertencentes ao gênero masculino, conforme evidenciado no Gráfico 1 abaixo. Em relação à faixa etária, a amostra é bastante dividida, porém a faixa entre 45 e 54 anos possui o maior número de respondentes ($n = 10$) seguida por 24 a 39 anos ($n = 9$). Já a faixa que contém o menor número de respondentes ($n = 5$) é entre 18 e 24 anos (Gráfico 2).

Gráfico 1 - Gênero



Fonte: elaborado pelo autor

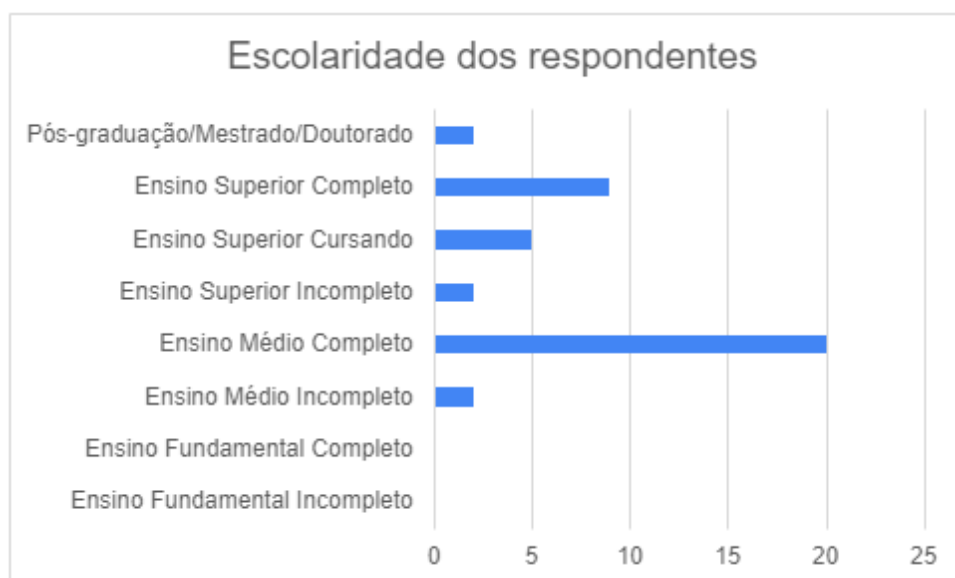
Gráfico 2 - Faixa etária



Fonte: elaborado pelo autor

No que se refere ao grau de escolaridade dos respondentes, metade destes ($n = 20$) possui formação até o ensino médio, sendo as demais respostas bastante heterogêneas, com a segunda maior concentração no grau de ensino superior completo ($n = 9$), tal como evidenciado no Gráfico 3 abaixo. Analisando os dados tendo o grau de ensino médio completo como referência, podemos perceber que menos da metade sequer iniciou os estudos no ensino superior (Gráfico 4).

Gráfico 3 – Escolaridade



Fonte: elaborado pelo autor

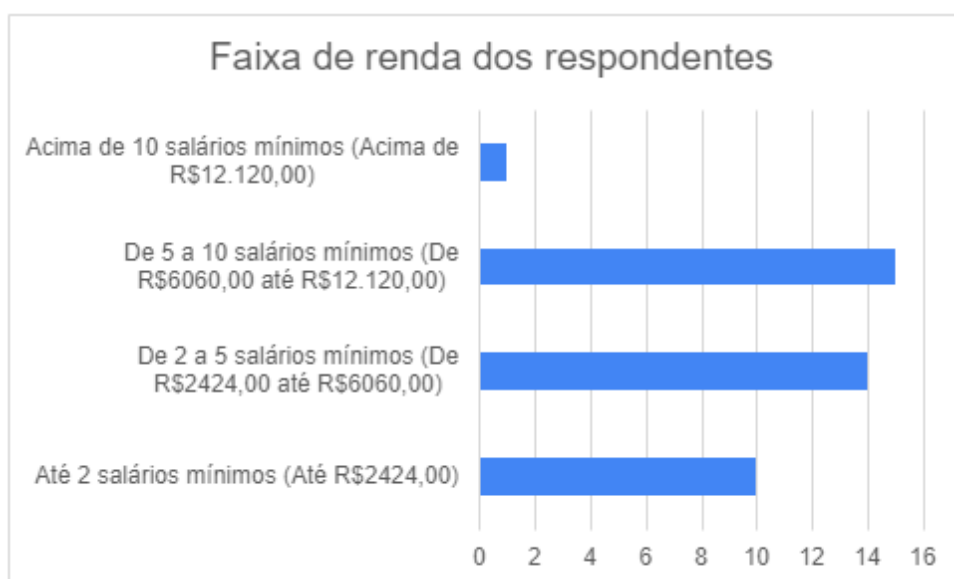
Gráfico 4 – Escolaridade (em relação ao Ensino Médio)



Fonte: elaborado pelo autor

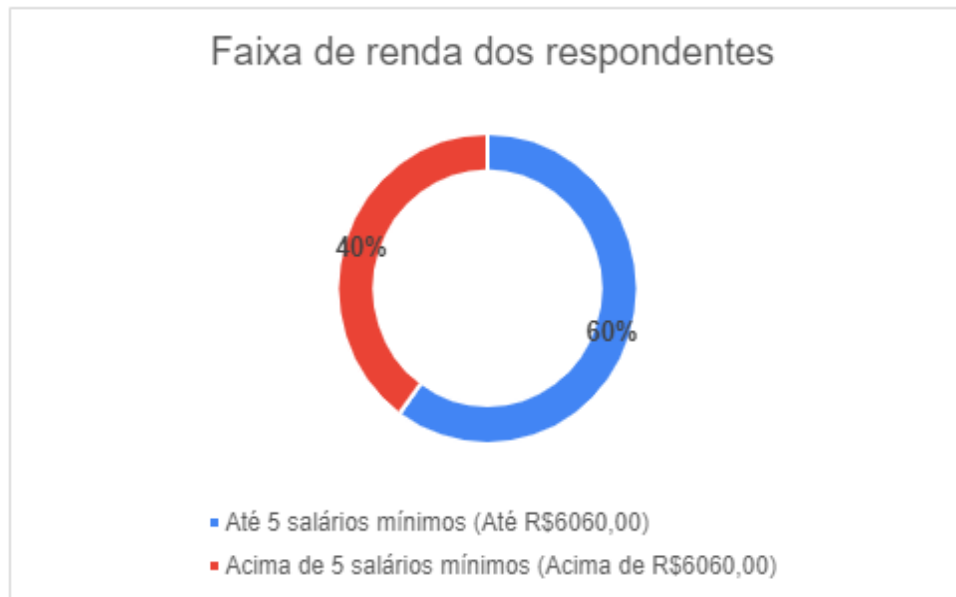
Em relação à faixa de renda, a maior parte dos respondentes ($n = 15$) indicou possuir renda entre 5 e 10 salários-mínimos (entre R\$6060,00 e R\$12.120,00), seguida pela renda entre 2 e 5 salários-mínimos (entre R\$2424,00 e R\$6060,00) (Gráfico 5). No entanto, ao tomarmos como referência aqueles que possuem até 5 salários-mínimos, percebemos que a maioria informou valores abaixo desse valor, mesmo a faixa entre 5 e 10 salários-mínimos possuindo o maior número de respondentes (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Faixa de renda



Fonte: elaborado pelo autor

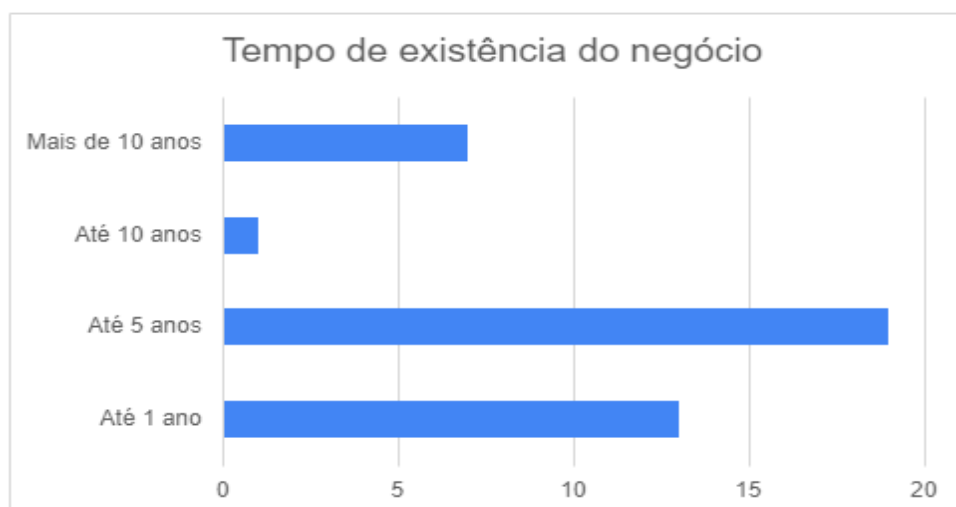
Gráfico 6 – Faixa de renda (Em relação a 5 salários-mínimos)



Fonte: elaborado pelo autor

Os respondentes também informaram o tempo de existência de suas empresas, sendo até 5 anos a faixa de tempo que obteve o maior número de respostas ($n = 19$), seguido por 13 respostas para a faixa de até 1 ano (Gráfico 7). Nesse sentido, o resultado está alinhado com as informações acerca do alto grau de falência das empresas nos primeiros 5 anos de existência, já citado neste trabalho, dado que a porcentagem da amostra que ultrapassou esta barreira de tempo é bem pequena (20%), ou seja, apenas uma a cada 5 respostas (Gráfico 8).

Gráfico 7 – Tempo de existência da empresa



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 8 – Tempo de existência da empresa (Em relação a 5 anos)



Fonte: elaborado pelo autor

5.2. Educação financeira dos microempreendedores

Em relação ao nível de educação financeira dos microempreendedores do estado do Rio de Janeiro selecionados na amostragem final (objetivo geral desta pesquisa), foram avaliadas respostas em relação a perguntas técnicas, de conhecimento sobre finanças, além de perguntas sobre hábitos e atitudes financeiras em si. Ao todo, foram 6 perguntas que versavam sobre o tema¹e, uma vez respondidos, auferíamos o percentual de respostas corretas dos respondentes.

Conforme evidenciado na Tabela 1 abaixo, os respondentes, de modo geral, tiveram baixo aproveitamento no tópico, acertando, em média, apenas 37,86% das questões relacionadas à temática. Tal resultado vai de encontro à performance brasileira encontrada em estudos internacionais recentes, conforme previamente evidenciado neste trabalho. Além disso, os próprios microempreendedores, quando indagados sobre seu conhecimento financeiro, responderam em sua maioria (n = 25) ter muito pouco ou baixo, com apenas 1 respondente declarando ter conhecimento avançado sobre o tema (Gráfico 9).

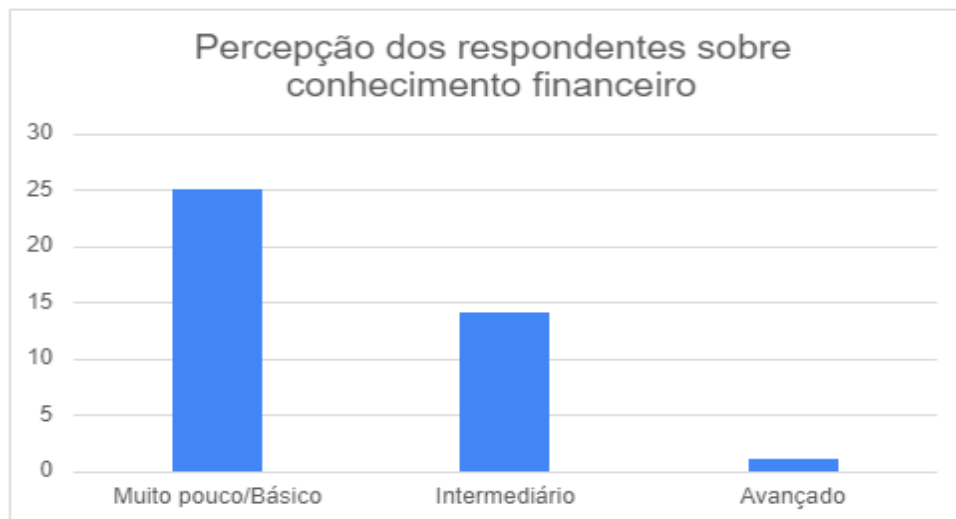
¹ Perguntas 11, 14, 15, 16, 19 e 21 do questionário (Apêndice)

Tabela 1 – Nível de educação financeira

Aproveitamento dos respondentes	
Média	37,86%
Mediana	42,86%
Máximo	71,43%
Mínimo	0,00%

Fonte: elaborado pelo autor

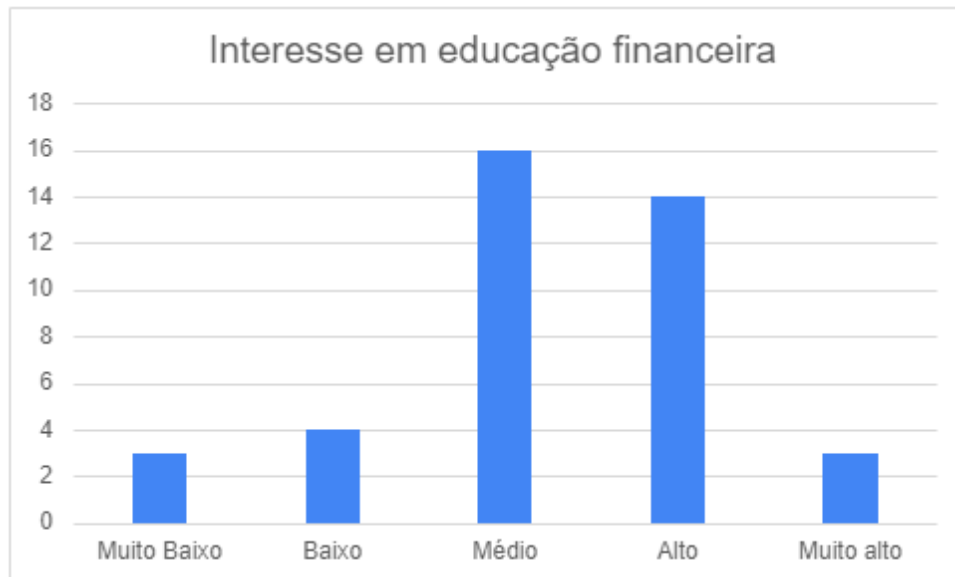
Gráfico 9 – Percepção sobre conhecimento financeiro



Fonte: elaborado pelo autor

No entanto, apesar desses números (ou até por conta deles), os respondentes indicaram que possuem interesse em aprender mais sobre a temática de educação financeira. Quando questionados, cerca da metade ($n = 17$) afirmaram possuir interesse alto ou muito alto, e 16 deles indicaram possuir interesse médio (Gráfico 10). Tal achado ressalta a importância de medidas governamentais que estimulem o conhecimento sobre o tema na sociedade, visão que é defendida em diversos trabalhos referenciados nesta monografia e devidamente citados em seções anteriores.

Gráfico 10 – Interesse em educação financeira



Fonte: elaborado pelo autor

Quando perguntados sobre alguns aspectos importantes em relação à gestão de suas finanças, tais como reserva financeira pessoal e separação das contas pessoal e empresarial, o resultado ficou bastante dividido, indicando que boa parte dos respondentes não possui hábitos e atitudes desejáveis para uma gestão financeira pessoal saudável.

No que se refere a reserva financeira pessoal, por exemplo, mais da metade (55%) não possui nenhum tipo de reserva (Gráfico 11). Já em relação à separação das contas pessoal e empresarial, 38% não a fazem ou só a separam às vezes (Gráfico 12), o que é uma porcentagem bem alta se pensarmos que é algo visto como essencial para uma boa gestão financeira tanto pessoal como do negócio em si.

Gráfico 11 – Reserva financeira pessoal



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 12 – Separação das contas pessoal e empresarial



Fonte: elaborado pelo autor

Quanto à qualificação financeira para gerir o negócio, cerca de metade dos respondentes (43%) entendem que não são qualificados ou possuem pouca qualificação para isso (Gráfico 13). No entanto, a gestão financeira do negócio é feita na grande maioria das vezes (75%) pelo próprio microempreendedor ou seu sócio (Gráfico 14), o que está alinhado com achados de outros trabalhos já citados em outras seções, que indicam que a gestão financeira das microempresas, em geral, é feita pelo seu dono, sem necessariamente este possuir a qualificação adequada para isto.

Gráfico 13 – Percepção sobre qualificação em gestão financeira



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 14 – Responsável pela gestão financeira



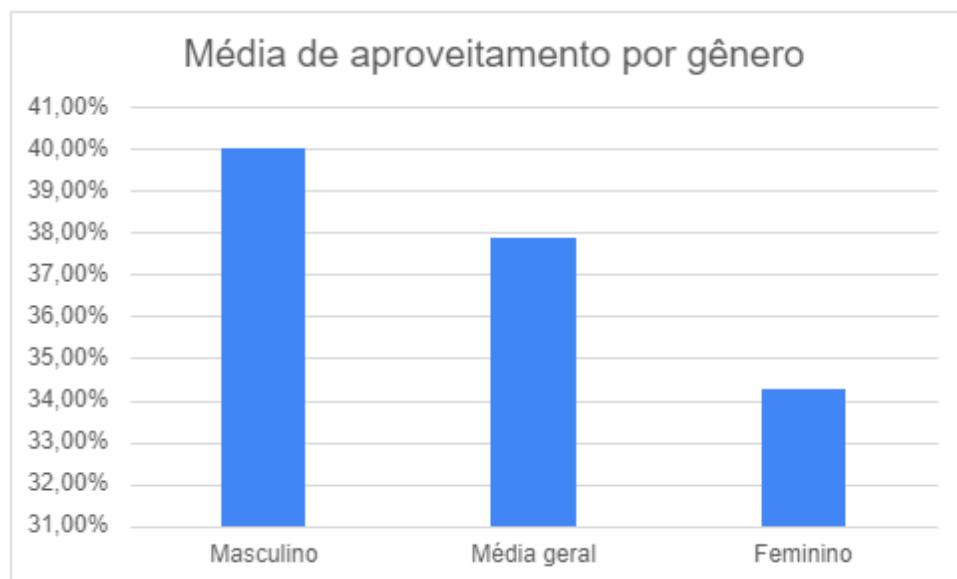
Fonte: elaborado pelo autor

5.3. Educação financeira em relação às variáveis socioeconômicas e demográficas

Ao analisarmos como o nível de educação financeira se distribui entre as diferentes variáveis socioeconômicas e demográficas encontrados nos respondentes, percebemos que há distinções no que se refere tanto ao gênero, quanto à faixa de renda e

escolaridade dos mesmos, o que vai de encontro a diferentes trabalhos supracitados na referida temática. No que se refere ao gênero, por exemplo, respondentes do gênero masculino apresentaram aproveitamento superior no nível de educação financeira, que, embora baixo (40%), fica acima da média geral. Respondentes do gênero feminino, entretanto, tiveram aproveitamento abaixo da média (cerca de 34%), conforme Gráfico 15 abaixo.

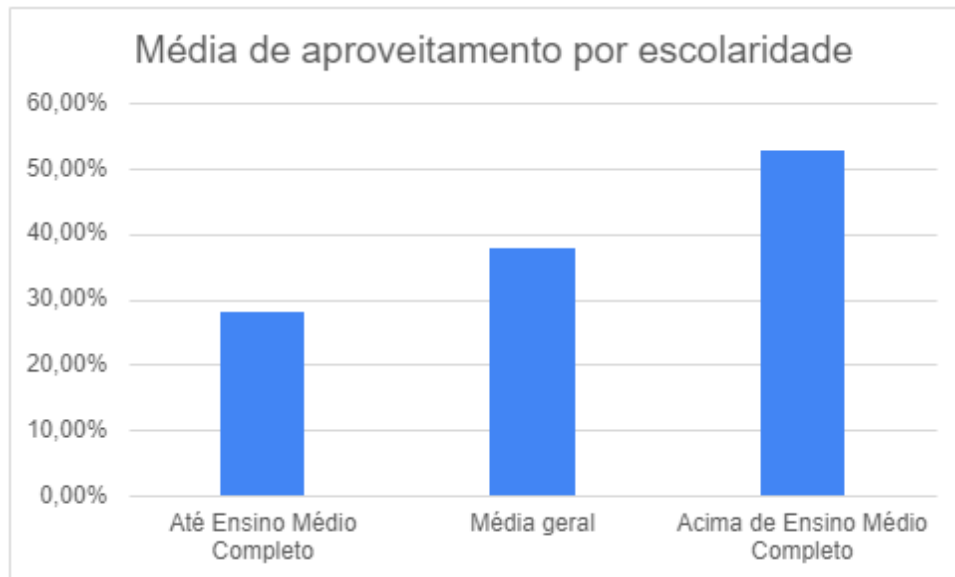
Gráfico 15 – Média de aproveitamento por gênero



Fonte: elaborado pelo autor

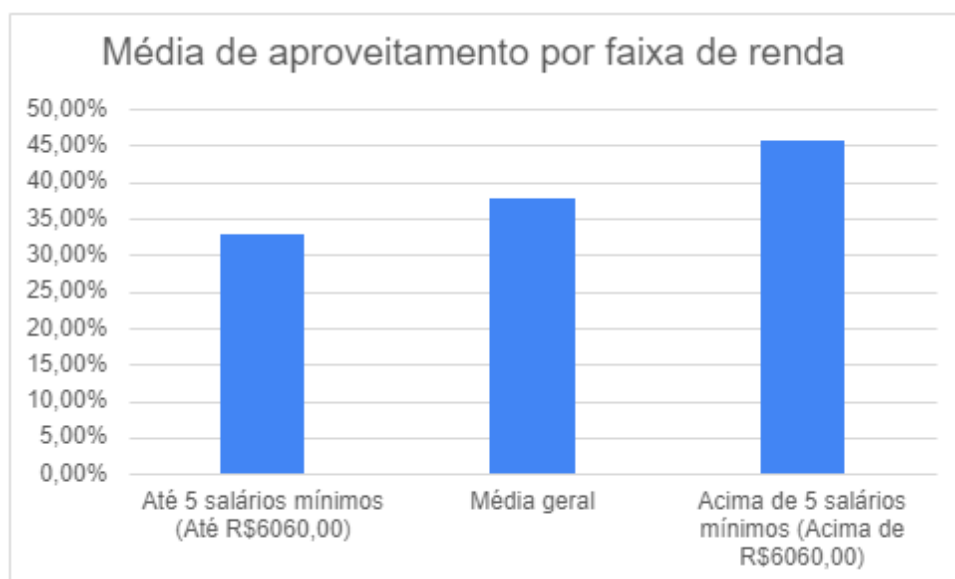
Quanto à escolaridade e a faixa de renda, a diferença fica ainda mais evidente: respondentes com escolaridade acima do ensino médio apresentaram aproveitamento superior a 50%, enquanto respondentes que nem chegaram a iniciar o ensino superior, obtiveram aproveitamento menor do que 30% (Gráfico 16). Em relação à faixa de renda, especificamente, o resultado foi semelhante: respondentes com renda superior a 5 salários-mínimos (superior a R\$6060,00) obtiveram aproveitamento de aproximadamente 45%, enquanto respondentes com rendas inferiores a este valor apresentaram aproveitamento de cerca de 32% (Gráfico 17).

Gráfico 16 – Média de aproveitamento por escolaridade



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 17 – Média de aproveitamento por faixa de renda



Fonte: elaborado pelo autor

Ainda no que tange às variáveis renda e escolaridade, foi calculada a correlação entre estas e o nível de educação financeira com o intuito de investigar se há, de fato, associação positiva entre tais variáveis conforme esperado inicialmente. Os resultados indicaram correlação positiva moderada em ambos os casos (Tabela 2), o que sugere que quanto maior o nível de educação financeira, maior é a escolaridade e faixa renda dos respondentes.

Desta maneira, aliada aos resultados sobre a variável de gênero, temos que, ao menos descritivamente, a hipótese H1 se sustenta, já que esta afirma que microempreendedores do gênero masculino, que possuem maiores rendas e escolaridade, também apresentam maior nível de educação financeira. Cabe ressaltar, entretanto, que nenhuma inferência estatística de caráter generalista para população de microempreendedores será feita nesse trabalho tanto em virtude do objetivo do presente trabalho quanto em função do baixo número de respondentes alcançados na amostra final.

Tabela 2 – Correlação das variáveis com nível de educação financeira

Correlação entre educação financeira e nível de escolaridade	
	0,505957006
Correlação entre educação financeira e nível de renda	
	0,469656453

Fonte: elaborado pelo autor

5.4. Percepção dos microempreendedores sobre a rentabilidade

Em relação à percepção dos microempreendedores sobre a rentabilidade de seus negócios, foram avaliadas respostas em relação a afirmações em uma escala de 1 a 5 abordando o tema, sendo 1 a resposta com a perspectiva mais negativa, e 5 a resposta mais positiva². A partir disso, foi possível auferir o aproveitamento dos respondentes em relação a estas perguntas (Tabela 3), sendo o resultado disto uma média geral de 69,10% de aproveitamento, sendo que o menor aproveitamento possível era de 20% e o maior de 100%.

Tabela 3 – Percepção sobre a rentabilidade do negócio

Aproveitamento dos respondentes	
Média	69,10%
Mediana	70,00%
Máximo	100,00%
Mínimo	32,00%

Fonte: elaborado pelo autor

² Perguntas 26, 27, 28, 29, 30 do questionário (Apêndice)

Foi analisada, também, a correlação entre a percepção de rentabilidade de seus negócios próprios e o nível de educação financeira dos microempreendedores. Apesar do resultado indicar correlação positiva, o valor ainda é baixo, indicando uma fraca correlação entre as variáveis (Tabela 4).

Nesse sentido, a H2 não pode ser sustentada, dado que esta sugere que microempreendedores com maior nível de educação financeira possuíam maior percepção sobre a rentabilidade, o que não é evidenciado na análise preliminar de correlação. Apesar de haver uma relação positiva, esta é fraca e, portanto, insuficiente para sustentar a afirmação, muito provavelmente em virtude do baixo número de respondentes na amostra final.

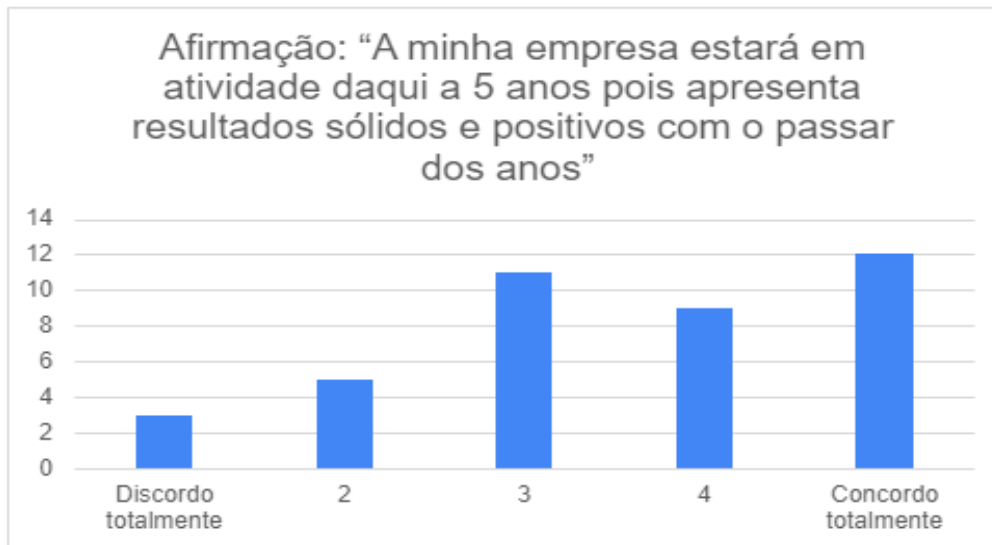
Tabela 4 – Correlação do nível de educação financeira com a percepção sobre a rentabilidade do negócio

Correlação entre educação financeira e percepção sobre a rentabilidade
0,140093238

Fonte: elaborado pelo autor

Cabe citar, também, que em uma das afirmações era indicado o seguinte: “A minha empresa estará em atividade daqui a 5 anos pois apresenta resultados sólidos e positivos com o passar dos anos”. Mais da metade dos respondentes indicou concordar, com respostas 4 ou 5, dentro da escala que ia de 1 a 5 (Gráfico 18), ao passo que apenas 8 respondentes (20%) deram respostas 1 ou 2. Tal fato pode indicar uma percepção exageradamente positiva por parte dos microempreendedores e, com isso, também ter afetado o nível de correlação entre educação financeira e percepção sobre a rentabilidade.

Gráfico 18 – Afirmação



Fonte: elaborado pelo autor

5.5. Investimentos dos respondentes

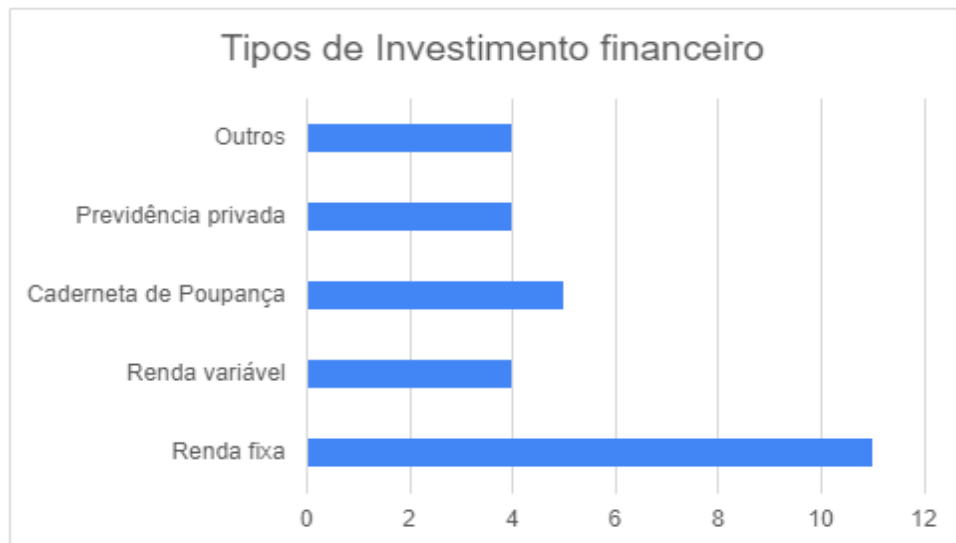
No que se refere aos investimentos como um todo, os resultados mostram pouco costume dos microempreendedores em relação a investimentos financeiros pessoais, dado que a maioria (55%) afirmou não possuir nenhum tipo de investimento financeiro (Gráfico 19). Dos que possuem, o tipo mais comum de investimento relatado foi renda fixa, citada 11 vezes, seguida por caderneta de poupança, indicada 5 vezes (Gráfico 20), o que pode indicar uma aversão dos respondentes a maiores riscos, dado que esses tipos de investimentos, em geral, são considerados mais conservadores.

Gráfico 19 – Investimento financeiro pessoal



Fonte: elaborado pelo autor

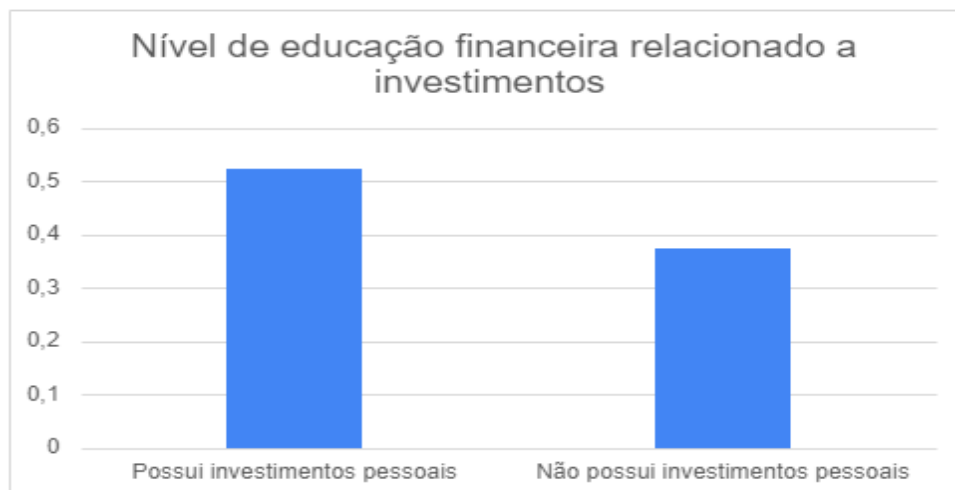
Gráfico 20 – Tipo de investimento financeiro



Fonte: elaborado pelo autor

Nesse contexto, foi analisado, também, se o fato de o microempreendedor possuir investimentos na esfera pessoal influenciava o nível de educação financeira encontrado (desconsiderando a pergunta sobre investimentos). O resultado apoia a ideia de que esse impacto, de fato, acontece, visto que o aproveitamento dos microempreendedores, que possuem investimentos foi ligeiramente superior: cerca de 52% contra aproximadamente 37% dos que não possuem investimentos no âmbito pessoal (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Nível de educação financeira relacionado a investimentos



Fonte: elaborado pelo autor

No que se refere a investimentos financeiros pela empresa, a diferença é ainda maior, com 60% dos microempreendedores afirmando não possuir nenhum tipo de investimento financeiro pela empresa (Gráfico 22), nem mesmo para reserva financeira. Por outro lado, 55% dos respondentes afirmaram que possuem algum tipo de reserva financeira pela empresa (Gráfico 23), o que sugere que não há confiança suficiente entre os microempreendedores em investimentos financeiros, já que alguns, aparentemente, não os utilizam nem ao menos para a reserva financeira da empresa, que seria, provavelmente, o caminho mais óbvio e seguro.

Gráfico 22 – Investimento financeiro pela empresa



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 23 – Reserva financeira pela empresa

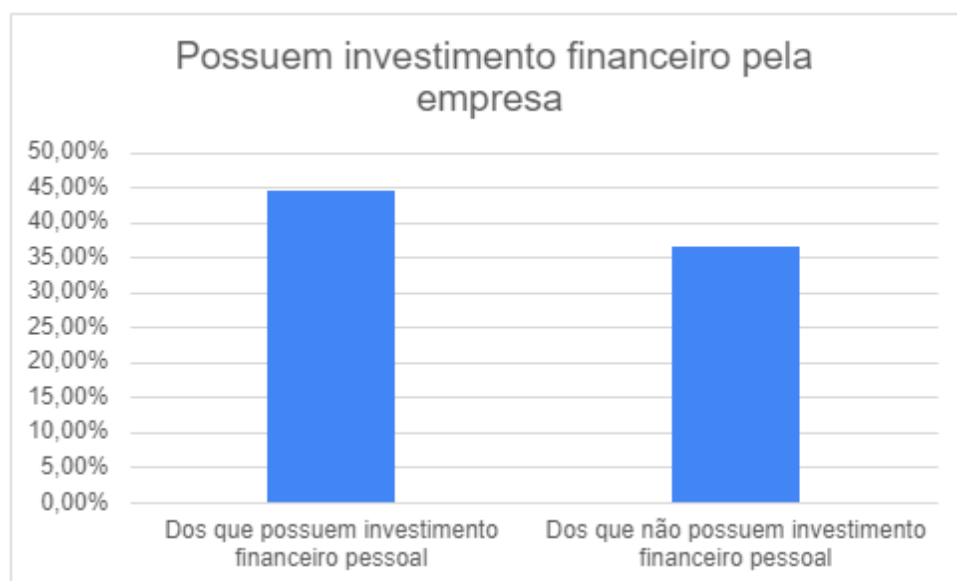


Fonte: elaborado pelo autor

No que tange à relação entre investimentos na esfera pessoal e empresarial, foi analisado como as parcelas que possuem e não possuem investimento financeiro no âmbito pessoal se mostravam quando o assunto era investimento financeiro pela empresa. Neste caso, a parcela que possui investimentos pessoais teve um resultado melhor proporcionalmente, dado que cerca de 44% também possuem investimentos pela empresa. Quando delimitamos à parcela daqueles que não possuem investimentos pessoais, contudo, apenas 36% destes possuem investimentos pela empresa (Gráfico 24).

Tal resultado está em linha com outros achados presentes no referencial teórico do presente trabalho e sustenta a hipótese H3 que sugere que microempreendedores que possuem investimentos em instância pessoal são mais propensos a realizarem investimentos financeiros também na esfera corporativa.

Gráfico 24 – Relação entre investimentos na esfera pessoal e empresarial



Fonte: elaborado pelo autor

5.6. Endividamento dos respondentes

Por fim, para endereçar o último objetivo específico do presente trabalho, foram analisadas respostas dos microempreendedores em métricas de endividamento, tanto pessoal quanto corporativa. Nesse sentido, os achados indicaram que grande parte dos respondentes (70%) possuem dívidas pessoais (Gráfico 25), o que é reforçado por dados

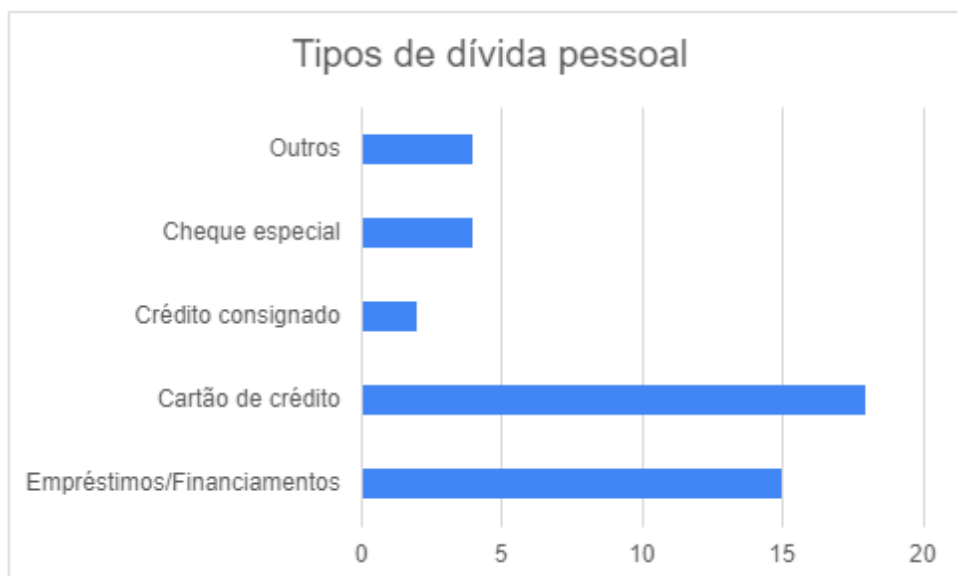
que indicam alto endividamento no país já relatados no presente trabalho. O tipo de endividamento mais comum relatado pelos respondentes foi dívida pelo cartão de crédito, aparecendo em quase metade das respostas ($n = 18$) seguida por dívidas com empréstimos ou financiamentos reportados em 15 dos casos (Gráfico 26).

Gráfico 25 – Dívidas pessoais



Fonte: elaborado pelo autor

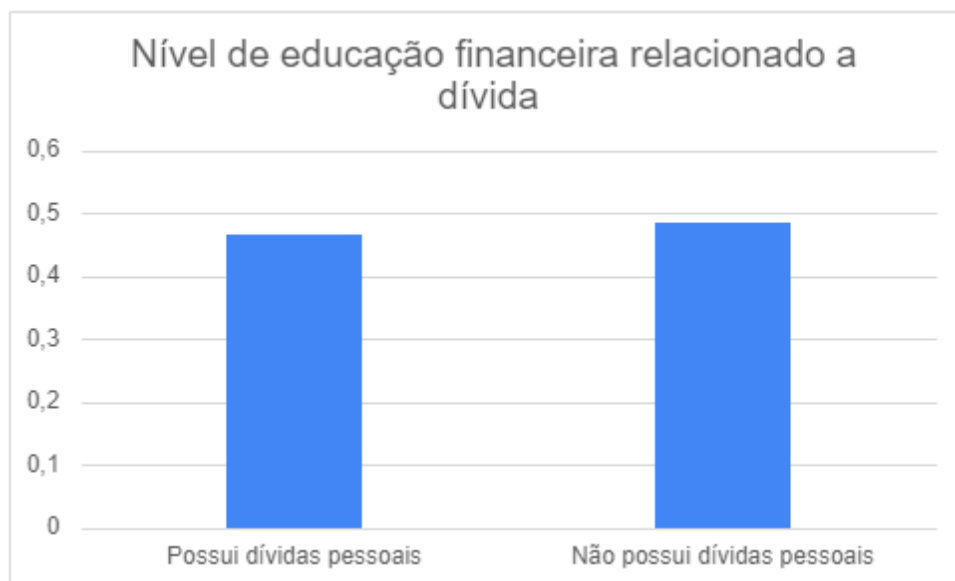
Gráfico 26 – Tipo de dívida pessoal



Fonte: elaborado pelo autor

Nesse contexto, foi analisado, também, se o fato de o microempreendedor possuir dívidas em seu âmbito pessoal influenciava o nível de educação financeira encontrado (desconsiderando a pergunta sobre dívidas). O resultado demonstra níveis muito similares de educação financeira entre microempreendedores que possuem e não possuem dívidas pessoais, com aproveitamento de cerca de 48% para os que não possuem dívidas e de aproximadamente 46% dos que não possuem (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Nível de educação financeira relacionado a dívidas pessoais



Fonte: elaborado pelo autor

Já em relação às dívidas corporativas, o resultado se mostrou ligeiramente diferente, com 55% dos microempreendedores afirmando possuírem dívidas (Gráfico 28). No entanto, cerca de metade dos respondentes (48%) também responderam que já tomaram ou tomam dívida no âmbito pessoal para financiar a empresa (Gráfico 29), o que pode explicar, em parte, o fato do número menor de dívidas na esfera corporativa, já que o que pode acontecer em alguns casos é a troca, por parte do microempreendedor, da dívida empresarial por uma dívida no âmbito pessoal.

Gráfico 28 – Dívidas pela empresa



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 29 – Dívida no âmbito pessoal para financiar empresa

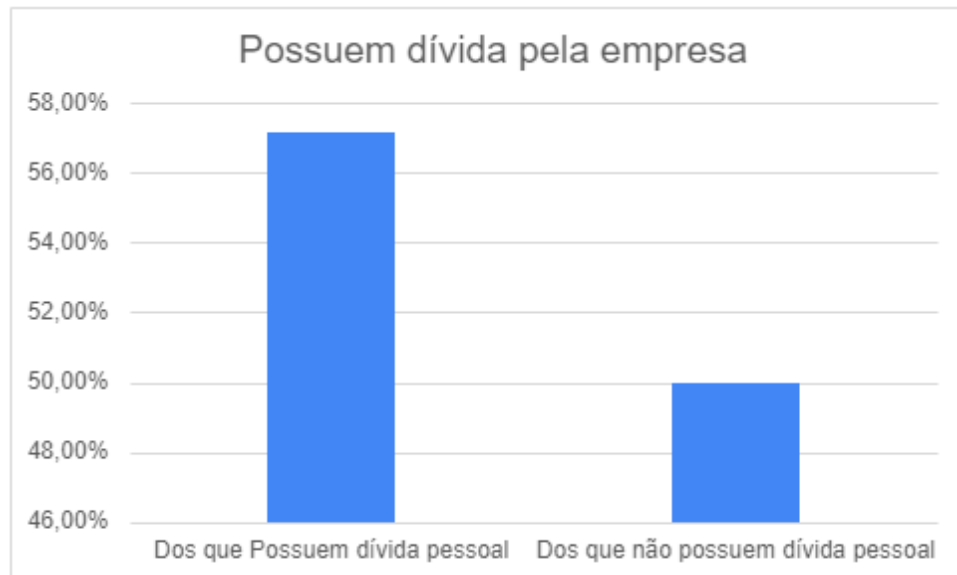


Fonte: elaborado pelo autor

No que se refere à relação entre endividamento na esfera pessoal e empresarial, foi analisado como as parcelas que possuem e não possuem dívidas no âmbito pessoal se mostravam quando o tema era endividamento pela empresa. O resultado demonstrou o seguinte: dentre os microempreendedores que possuem dívidas pessoais, os que também possuem dívidas pela empresa correspondem a cerca de 57%; enquanto que ao delimitarmos àqueles que não possuem dívidas pessoais, a proporção foi ligeiramente menor (50%), conforme apresentado no Gráfico 30. Esse resultado também está alinhado com outros resultados de pesquisas referenciados neste trabalho e

corroborar a hipótese H4 de que microempreendedores que possuem dívida em instância pessoal são mais propensos a possuírem dívidas também na esfera corporativa.

Gráfico 30 – Relação entre endividamento na esfera pessoal e empresarial



Fonte: elaborado pelo autor

6. CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar o nível de educação financeira de microempreendedores do estado Rio de Janeiro, relacionando-o com aspectos de rentabilidade dos negócios, investimento e endividamento tanto pessoais quanto corporativos, além de variáveis socioeconômicas e demográficas dos respondentes. A análise dos questionários indicou baixo nível de educação financeira, em linha com resultados brasileiros em estudos recentes sobre o tema (OCDE, 2016; PISA, 2018). Apesar disso, os respondentes indicaram possuir uma percepção positiva sobre a rentabilidade de seus negócios.

No que se refere aos investimentos, a maioria dos entrevistados afirmou não possuir investimento financeiro pessoal, fato este também encontrado na instância corporativa. No entanto, dentre aqueles que possuem investimento(s) pessoal(is), o tipo mais utilizado foi o de renda fixa. Quanto ao endividamento, o resultado é semelhante, sendo que a maioria possui dívidas pessoais e/ou corporativas, sendo o tipo de dívida pessoal mais comum, a dívida com cartão de crédito. Além disso, quase metade dos microempreendedores afirmaram já terem tomado dívidas pessoais para financiar o

negócio, prática esta que não vai de encontro a uma gestão financeira adequada de seus negócios.

Analizamos, também, se investimentos ou dívidas pessoais têm impacto no nível de educação financeira e os resultados sugerem que o fato do microempreendedor possuir investimentos pessoais reflete positivamente em seu nível de educação financeira. Já quando o assunto são dívidas, não foi encontrado nenhum impacto relevante nesse sentido. Além disso, houve indícios que demonstraram que variáveis de gênero, escolaridade e renda impactam no nível de educação financeira, corroborando com outros trabalhos que abordaram a temática em questão (POTRICH et al, 2014; POTRICH, VIEIRA e KIRCH, 2015; GUIMARÃES e IGLESIAS, 2021).

No que se refere ao nível de educação financeira encontrado na amostra, o resultado foi baixo, seguindo a percepção de muitos dos próprios microempreendedores em relação ao seu conhecimento específico. Nesse sentido, perto de metade dos respondentes também não se sentem suficientemente qualificados para fazer a gestão financeira de sua empresa, sendo que na grande maioria dos casos, os proprietários são os responsáveis por essa gestão, o que sugere que a gestão pode estar sendo feita sem a qualificação necessária para isso.

Apesar disso, entretanto, os respondentes afirmaram ter interesse sobre o tema, o que pode ser um indicador para que mais ações ocorram difundindo esse conhecimento na sociedade e impactando diretamente em hábitos financeiros dos microempreendedores. Como exemplo citamos a reserva financeira, em que mais da metade dos microempreendedores afirmaram não possuir, ou até mesmo a separação entre as contas pessoais e da empresa, dado que perto da metade dos respondentes afirmaram não separar as contas ou separar apenas às vezes.

Ademais, ao analisarmos se as hipóteses propostas se sustentam, temos que as hipóteses propostas em H1, H3 e H4 se mostraram coerentes, no entanto, a hipótese de H2 não apresentou indícios suficientes que a sustentasse. Apesar disso, não é possível fazer inferências quanto à população como um todo, haja vista o caráter descritivo e exploratório deste trabalho, aliado ao baixo número de respondentes. De maneira geral, foi verificado que microempreendedores do gênero masculino e que possuem maiores rendas e escolaridade também apresentam maior nível de educação financeira, dada a

diferença no nível de educação financeira encontrada nas diferentes parcelas de cada uma das variáveis citadas. Além disso, foi encontrado nível de correlação positivo moderado entre o nível de educação financeira e as variáveis de renda e escolaridade, indicando que quanto maior a escolaridade e a renda, maior é seu impacto positivo no nível de educação financeira dos microempreendedores.

Por outro lado, para a hipótese proposta em H2, de que microempreendedores com maior nível de educação financeira possuiriam maior percepção sobre a rentabilidade, não foram encontrados indícios que a corroborassem, visto que a correlação encontrada entre as duas variáveis foi positiva, porém fraca. Esse resultado pode ser explicado pelo número de respondentes ou até por uma possível percepção exagerada dos microempreendedores sobre a rentabilidade de seu negócio.

No que se refere à hipótese H3, que sugere que microempreendedores que possuem investimentos em instância pessoal são mais propensos a realizarem investimentos financeiros também na esfera corporativa, foi encontrado que, proporcionalmente, microempreendedores que investem no âmbito pessoal também possuem mais investimentos financeiros corporativos, o que vai de encontro à hipótese inicialmente formulada. No mesmo sentido, a hipótese proposta em H4 apresentou resultado semelhante, indicando que microempreendedores que possuem dívida em instância pessoal são mais propensos a possuírem dívidas também na esfera corporativa.

Entretanto, no curso de uma pesquisa, sempre há possibilidade de aprimoramento e limitações intrínsecas. Neste sentido, a principal limitação deste trabalho é o tamanho da amostragem, que é relativamente pequeno se comparado ao universo de microempreendedores do estado do Rio de Janeiro, que ocorreu em virtude do público restrito e do tempo para elaboração da monografia. Além disso, pelo fato de não terem sido analisados dados contábeis das empresas, a análise sobre a rentabilidade ficou restrita à percepção dos microempreendedores, porém, a análise dessas informações em estudo posterior aprofundaria o conhecimento acerca do tema.

No que abrange sugestões de pesquisas futuras relacionadas aos tópicos deste trabalho, são propostos estudos que englobem outros estados do país, ou até mesmo o Brasil como um todo, fato que, certamente, necessitaria de um cronograma mais extenso e uma maior e mais robusta coleta de dados. Além do exposto, seria interessante

relacionar o nível de educação financeira com outras variáveis socioeconômicas e demográficas, a fim de estabelecer um perfil mais completo dos indivíduos que possuem um nível de educação financeira mais elevado, e também do perfil com os menores níveis, e que, portanto, necessitam de um maior amparo de políticas públicas nesse sentido. Por fim, seria oportuno relacionar educação financeira com outros agentes da sociedade, a fim de entender como diferentes parcelas da sociedade se encontram em relação ao tema.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Micro e pequenas empresas aumentam participação na economia brasileira**. Agência Brasil. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-10/micro-e-pequenas-empresas-aumentam-participacao-na-economia-brasileira#:~:text=As%20micro%20e%20pequenas%20empresas,e%20riquezas%20produzidas%20no%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

BARADEL, Ellen Cristina; MARTINS, Simone; OLIVEIRA, Adriel Rodrigues.

Planejamento e controle financeiro: Pesquisa-ação em uma microempresa varejista.

Revista de negócios, Blumenau, SC, v. 15, n. 4, p. 78-96, 2011.

BARICHELO, Rodrigo; CANTON, Vanessa Isabel de Marco. Nível de Alfabetização Financeira de Empreendedores Incubados. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, RS, v. 9, n. 1, p. 28-49, 2019.

BRASIL, Governo Federal. **Mapa de Empresas**. Disponível em: <

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 09 out. 2022.

CAMARGO, Camila. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras**

organizacionais: relação e implicação sobre o desempenho organizacional no varejo. 2007. Dissertação (Mestrado em administração) - Centro de pesquisa e pós-graduação em administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2007.

CATARINO, Gabriela Pereira da Silva; SANTOS, Liana Ribeiro dos; SILVA, Paulo Vitor Jordão da Gama. A influência das finanças pessoais na gestão financeira de

microempresas cariocas. **REMIPE: Revista De Micro E Pequenas Empresas E Empreendedorismo Da Fatec Osasco**, Osasco, SP, v. 6, n. 2, p. 312-330, 2020.

CONTO, Samuel Martim de et al. O COMPORTAMENTO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO VALE DO TAQUARI EM RELAÇÃO ÀS FINANÇAS PESSOAIS. **Revista**

Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, SC, v. 8, n.2 p. 182-206, 2015.

ESTADÃO CONTEÚDO. **País tem recorde de 39,294 milhões de informais no trimestre até julho, diz IBGE.** UOL. Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/08/31/pais-tem-recorde-de-39294-milhoes-de-informais-no-trimestre-ate-julho-diz-ibge.htm#:~:text=Economia-,Pa%C3%ADs%20tem%20recorde%20de%2039%2C294%20milh%C3%B5es%20de,trimestre%20at%C3%A9%20julho%2C%20diz%20IBGE&text=O%20Pa%C3%ADs%20registrou%20uma%20taxa,trimestre%20at%C3%A9%20julho%20de%202022>>. Acesso em: 16 out. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. G. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Thayse Machado; IGLESIAS, Thayla Machado Guimarães. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UM INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Revista Gestão, finanças e contabilidade**, Salvador, BA, v. 11, n. 1, p. 94-111, 2021.

HORTELÃ, Tais Mara. **Sebrae em dados: Sobrevivência de empresas**. Comunidade Sebrae. Disponível em: <<https://sebraepr.com.br/comunidade/artigo/sebrae-em-dados-sobrevivencia-de-empresas>>. Acesso em: 16 out. 2022.

HURTADO, Antonio Paulo Guillen; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. **Revista de educação popular**, Uberlândia, MG, v. 19, n. 3, p. 56-76, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo**. IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101863.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2022.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; LOPES, Taize de Andrade Machado. Finanças pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, SC, v. 7, n. 2 p. 221-251, 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira.** OCDE, 2005. Disponível em: <[https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)>. Acesso em: 09 out. 2022

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **OECD/INFE International Survey of Adult Financial Literacy Competencies.** OCDE, 2016. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **PISA - Programme for international student assessment.** OCDE, 2018. Disponível em: <<https://www.oecd.org/pisa/>>. Acesso em: 16 out. 2022.

POTRICH, Ani Caroline Grigion et al. Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 3, p. 109-129, 2014.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, SP, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.

RIBEIRO, Cristiane. **Em agosto, 79% das famílias brasileiras tinham dívidas, aponta CNC.** Radioagência Nacional. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2022-09/em-agosto-79-das-familias-brasileiras-tinham-dividas-aponta-cnc>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

SEBRAE. **Pequenos negócios em números.** Sebrae. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da Pesquisa aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO:

1. Com qual gênero você se identifica?

- a. Masculino
- b. Feminino
- c. Outro

2. Qual a sua faixa etária?

- d. 18 a 24 anos
- e. 25 a 34 anos
- f. 35 a 44 anos
- g. 45 a 54 anos
- h. 55 anos ou mais

3. Qual seu nível de escolaridade?

- a. Ensino Fundamental Incompleto
- b. Ensino Fundamental Completo
- c. Ensino Médio Incompleto
- d. Ensino Médio Completo
- e. Ensino Superior Incompleto
- f. Cursando Ensino Superior
- g. Ensino Superior Completo
- h. Pós-graduação/Mestrado/Doutorado

4. Qual sua renda mensal?

- a- Até 2 salários-mínimos (Até R\$ 2424,00)
- b- Entre 2 e 5 salários-mínimos (Entre R\$2424,00 e R\$6060,00)
- c- Entre 5 e 10 salários-mínimos (Entre R\$6060,00 e R\$12.120,00)
- d- Mais de 10 salários-mínimos (Mais de R\$12.120,00)

5. Há quanto tempo possui o empreendimento atual?

- a- Até 1 ano
- b- Até 5 anos
- c- Até 10 anos
- d- Mais de 10 anos

6. Qual é o segmento do seu negócio?

- a- Alimentação e bebidas
- b- Vestuário e calçados
- c- Construção
- d- Saúde
- e- Educação
- f- Estética
- g- Informática
- h- Entretenimento
- i- Transporte/Logística
- j- Publicidade
- k- Reparos de veículos
- l- Outros

7. Possui sócios?

- a- Sim
- b- Não

8. Já teve outros negócios?

- a- Sim
- b- Não

9. Por que fechou? Selecione todas que se apliquem.

- a. Situação desfavorável antes da abertura
- b. Falha no planejamento do negócio
- c. Falha na gestão do negócio
- d. Falta de capacitação em gestão empresarial
- e. Falta de alinhamento entre os sócios
- f. Outros

10. Qual o seu nível de conhecimento em investimentos e no mercado financeiro, no geral?

- a- Muito Pouco
- b- Básico
- c- Intermediário
- d- Avançado

11- Você possui algum tipo de investimento financeiro?

- a- Sim
- b- Não

12. Quais investimentos possui? Selecione todas que se apliquem.

- a- Caderneta de Poupança
- b- Renda fixa

- c- Renda variável
- d- Previdência privada
- e- Outros

13. Qual o principal motivo de não possuir investimentos?

- a- Não tenho dinheiro para investir
- b- Não tenho hábito
- c- Não sei muito sobre investimentos
- d- Receio de perder dinheiro
- e- Não ter controle sobre o dinheiro (poder retirá-lo quando eu quiser)
- f- Não confio no sistema financeiro
- g- Não é para mim
- h- Não é necessário
- i- Outro

14- Em relação às suas finanças pessoais, você possui alguma reserva financeira para o caso de acontecer algum imprevisto em relação a sua renda?

- a- Sim, possuo reserva para cobrir meus gastos mensais por 1 ano
- b- Sim, possuo reserva para cobrir meus gastos mensais por 6 meses
- c- Sim, possuo reserva para cobrir meus gastos mensais por 3 meses
- d- Não possuo reserva, mas consigo cobrir meus gastos por algum tempo
- e- Não possuo reserva

15. Normalmente, qual tipo de ativo apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo?

- a- Poupança
- b- Tesouro Direto

- c- Debêntures
- d- Ações
- e- CDB (Certificado de Depósito Bancário)
- f- Não sei

16. Imagine que o rendimento de seu investimento é de 1% ao ano e a inflação foi de 2% ao ano. Depois de um ano, quanto você imagina que poderá comprar com o dinheiro que ficou aplicado neste período?

- a- Mais do que hoje
- b- Exatamente o mesmo que hoje
- c- Menos do que hoje
- d- Não sei

17. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “Tenho dificuldade para poupar”

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo

18. Qual seu nível de interesse na temática de educação financeira? (uma resposta)

- a- Muito baixo
- b- Baixo
- c- Médio
- d- Alto
- e- Muito Alto

19. Você possui dívidas?

- a. Sim, tenho dívidas que representam até 20% da minha renda
- b. Sim, tenho dívidas que representam mais do que 20% da minha renda
- c. Sim, tenho dívidas e não sei dizer quanto é
- d. Não possuo

20. Qual(is) tipo(s) de dívidas? Selecione todas que se aplicam.

- a. Empréstimos/Financiamentos
- b. Crédito consignado
- c. Cartão de crédito
- d. Cheque especial
- e. Outros

21. Você separa as contas da empresa de suas contas pessoais?

- a- Sim
- b- Não
- c- Às vezes

22. Quem faz a gestão financeira do negócio?

- a- Eu/sócio
- b- Colaborador com qualificação em gestão financeira
- c- Colaborador sem qualificação em gestão financeira

23. Quanto você se considera qualificado para fazer a gestão financeira do seu negócio?

- a- Não qualificado
- b- Pouco qualificado
- c- Suficientemente qualificado
- d- Muito qualificado

24. Como você se qualificou para fazer a gestão do negócio? Selecione todas que se apliquem.

- a- Curso de treinamento
- b- Curso técnico
- c- Graduação
- d- Pós-graduação
- e- Experiência profissional
- f- Não me qualifiquei
- g- Outro

25. A empresa utiliza das demonstrações financeiras (DRE, DFC, Balanço Patrimonial) para gerenciar o negócio?

- a. Sim, eu utilizo
- b. Sim, outra pessoa utiliza

- c. Não, apenas atendem às exigências legais
- d. Não, a empresa não possui demonstrações financeiras

26. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “Considero o desempenho da minha empresa durante o ano corrente muito maior do que o de meus principais concorrentes.”

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo totalmente

27. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “Houve crescimento considerável da minha empresa desde a sua abertura.”

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo totalmente

28. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “Estou satisfeito com o retorno que obtive pelo investimento que fiz para abrir a (s) empresa (s)”.

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo totalmente

29. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “A minha empresa estará em atividade daqui a 5 anos pois apresenta resultados sólidos e positivos com o passar dos anos”?

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo totalmente

30. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “Além de pagar as contas com o retorno da empresa, sobra bastante no orçamento para honrar com outros gastos do meu planejamento mensal”.

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo totalmente

31. A empresa possui alguma reserva financeira para o caso de acontecer uma queda inesperada nas vendas que leve a um prejuízo temporário?

- a- Sim, possuo reserva para conseguir manter a empresa em atividade por 1 ano
- a- Sim, possuo reserva para conseguir manter a empresa em atividade por 6 meses
- b- Sim, possuo reserva para conseguir manter a empresa em atividade por 3 meses
- c- Não possuo reserva, mas a empresa possui caixa para sobreviver por pouco tempo
- d- Não possuo reserva

32. Caso tenha realizado investimentos na empresa no último ano, marque quais foram:

- a- Divulgação
- b- Aumento de estoque
- c- Informatização
- d- Melhoras na infraestrutura
- e- Treinamentos ou cursos
- f- Compra de imóvel
- g- Compra de veículo
- h- Compra de máquinas
- i- Investimentos no mercado financeiro do saldo em tesouraria

33. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “Considero que obtive bom retorno com os investimentos feitos até então na/pela minha empresa”.

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo totalmente

34. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “Mensalmente (ou anualmente) é separada uma parcela do lucro obtido para reinvestimento na empresa”.

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo totalmente

35. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “Analiso minhas finanças e os riscos com profundidade antes de fazer um investimento na empresa”.

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo totalmente

36. A empresa possui alguma aplicação no mercado financeiro, seja para reserva financeira ou para outros fins?

- a- Sim, tanto para a reserva financeira quanto para outros fins
- b- Sim, mas apenas para a reserva financeira
- c- Sim, mas não para reserva financeira
- d- Não, pois não possuo conhecimento suficiente do mercado financeiro
- e- Não, pois não tenho interesse no mercado financeiro

37. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “Realizo investimentos com bastante frequência na/pela minha empresa”.

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo totalmente

38. Sem contar os gastos com as atividades essenciais para o funcionamento da empresa, esta possui que tipos de dívidas? Selecione todas que se apliquem.

- a- Nenhuma
- b- Dívidas bancárias

- c- Dívidas com fornecedores
- d- Dívidas em relação ao imóvel
- e- Dívidas com familiares ou amigos
- f- Outras

39. A empresa já fez ou faz uso de empréstimos bancários para se financiar?

- a- Sim, constantemente
- b- Sim, ocasionalmente
- c- Sim, mas não mais
- d- Sim, apenas uma vez
- e- Não

40. A empresa já fez ou faz uso de dinheiro de familiares ou amigos para ajudar a se financiar?

- a- Sim, constantemente
- b- Sim, ocasionalmente
- c- Sim, mas não mais
- d- Sim, apenas uma vez
- e- Não

41. A empresa consegue arcar com os gastos mensais recorrentes com que frequência?

- a- Sempre
- b- Quase sempre
- c- Apenas em alguns meses
- d- Em poucos meses do ano
- e- A empresa atualmente não se sustenta

42. Qual sua opinião em relação a essa afirmação: “Pago as contas da empresa sempre em dia”

- a- Concordo totalmente
- b- Concordo parcialmente
- c- Sou neutro em relação a esta afirmação
- d- Discordo parcialmente
- e- Discordo

43. A empresa possui bens financiados e/ou empréstimos que ainda restem parcelas a serem pagas?

- a- Sim, muitos
- b- Sim poucos
- c- Sim, apenas um
- d- Não, mas já teve
- e- Não, nunca teve

44. Você já tomou ou toma dívidas no âmbito pessoal a fim de ajudar nas finanças da empresa?

- a- Sim, constantemente
- b- Sim, ocasionalmente
- c- Sim, mas não mais
- d- Sim, apenas uma vez
- e- Não

